

SEGUINDO AS PISTAS DA TECNOLOGIA: A INTERNET COMO FONTE DE PESQUISA PARA AS REPORTAGENS INVESTIGATIVAS DO JORNAL ESTADO DE MINAS



por

RANDY RAZUQ FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Dezembro de 2007

VIÇOSA - MG

SEGUINDO AS PISTAS DA TECNOLOGIA: A INTERNET COMO
FONTE DE PESQUISA PARA AS REPORTAGENS INVESTIGATIVAS
DO JORNAL ESTADO DE MINAS

Trabalho elaborado sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Sucena Lannes, do Departamento de Artes e Humanidades, pelo aluno Randy Razuq Ferreira, como requisito para a obtenção do bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo.

Banca Examinadora:

Dr. Joaquim Sucena Lannes (Orientador)

Professor adjunto do Curso de Comunicação Social – Jornalismo (DAH/UFV)

Ms. Juliano de Oliveira Pires

Professor substituto do Curso de Comunicação Social – Jornalismo (DAH/UFV)

Dr. José Benedito Pinho

Professor adjunto e chefe do Departamento de Economia Rural (DER/UFV)

VIÇOSA, 2º semestre de 2007

A todos os jornalistas que, por amor à profissão, não se deixam abater pelos percalços do complicado e polêmico mundo da notícia.

Agradecimentos

Este é um espaço oportuno para demonstrar gratidão não apenas àqueles que contribuíram diretamente para a realização deste trabalho, mas também aos que colaboraram para que eu estivesse de pé, depois de quatro anos de caminhada.

Meus agradecimentos a Deus, pelas graças alcançadas e apoio nos momentos difíceis. À minha mãe, Sônia, à minha avó Raimunda e à tia Marília, sem as quais nada teria sido possível. Às adoráveis amigas de Itabira: Fabíola, Karine, Renata, Anderleia e Celma, que já torciam pela minha vitória mesmo quando tudo ainda era um sonho. A Liliene Dante, melhor jornalista que já conheci e a que mais me transmitiu conhecimentos do ofício.

Muito obrigado aos amigos que ganhei na UFRV. A Thiago, velho companheiro de alojamento. A toda a turma de COM 2004, que dentro de pouco tempo se dispersará por este mundo, deixando eternas e deleitosas lembranças. À minha “panela” favorita de colegas de curso (Daniel, Priscilla, Tábata e Vitor), pela amizade e parcerias bem-sucedidas. Aos professores e funcionários do Departamento de Economia Rural, pelo aprendizado que me proporcionaram na Revista de Economia e Agronegócio. A cinco grandes mulheres que o destino colocou em meu caminho, enquanto estive de passagem por terras viçosenses. Aline, Pitty, Kamilão, Luciana e Jule, amo vocês!

Agora, agradeço aos que me auxiliaram durante a execução desta monografia. Ao professor Joaquim Lannes, por ter aceitado o desafio de me orientar em um curto período de tempo. Aos professores Juliano Pires, José Benedito Pinho e Soraya Ferreira, pela indicação de materiais que foram de grande valia. Aos colegas Adriano, Dayana e Viviane, que estenderam sua mão amiga em alguma etapa do trabalho. Aos profissionais do jornal *Estado de Minas* e a José Roberto de Toledo, por terem fornecido informações preciosas e imprescindíveis no decorrer da pesquisa.

Resumo

Esta monografia tem como tema o jornalismo investigativo, mais precisamente a utilização, por essa categoria jornalística, da Internet como fonte de informação. Foi escolhido como objeto de pesquisa o jornalismo investigativo no âmbito do meio impresso, especificamente no jornal *Estado de Minas*, de Belo Horizonte. Partindo-se do pressuposto de que a rede mundial de computadores guarda um acervo imensurável e crescente de dados que podem ser aproveitados pelos profissionais da imprensa em geral, este trabalho verificou de que forma a Internet tem colaborado com o trabalho dos jornalistas do veículo analisado, durante a realização de reportagens investigativas.

Palavras-chave: jornalismo investigativo; Internet; *Estado de Minas*.

SUMÁRIO

Introdução	7
1 - O jornalismo investigativo	
1.1 – Definição	9
1.2 – Histórico	14
1.3 – Reportagens	16
1.4 – Fontes	18
1.5 – Métodos	19
2 – O computador e a prática jornalística	
2.1 – Informatização das redações	21
2.2 – Reportagem Assistida por Computador	23
2.3 – Histórico da Internet	26
2.4 – Pesquisa na rede	28
3 – Objeto de estudo: <i>Estado de Minas</i>	
3.1 – Metodologia	34
3.2 – Marco teórico	35
3.3 – O jornal	37
3.4 – Análise de entrevistas	40
4 – Conclusão	48
5 – Referências bibliográficas	51
6 – Anexos	53
Anexo 1	54
Anexo 2	58
Anexo 3	61
Anexo 4	64
Anexo 5	66
Anexo 6	69
Anexo 7	72

INTRODUÇÃO

Tratar do jornalismo investigativo em um trabalho monográfico é um grande desafio. Para alguns, o termo “jornalismo investigativo” soa redundante, porque não existe jornalismo em que não se pratique a investigação. Como, então, conceituar e discutir uma categoria jornalística que, para uma parte das pessoas, sequer existe?

De fato, a ação de investigar é inerente ao trabalho de qualquer profissional da imprensa. Contudo, é preciso reconhecer que há vários níveis de investigação. É inadmissível dizer, por exemplo, que o repórter que faz a cobertura do factual, do “dia-a-dia”, trabalha com a mesma profundidade de um jornalista que se debruça, durante meses, em cima de um único caso. As reportagens que se convencionou chamar de investigativas requerem mais talento, paciência e investimentos. Felizmente, graças a um de seus papéis — que é o de fiscalizar, expondo injustiças e corrupção no setor público — o jornalismo investigativo tem sido cada vez mais reconhecido pela sociedade.

Embora preze por uma apuração sistemática dos fatos, o jornalismo investigativo não deixa de se aproveitar das facilidades da Internet e, inclusive, faz dela uma fonte importante de informações. Na verdade, num tempo em que avança a passos largos no Brasil e no mundo, a rede mundial vem se consolidando como uma aliada de todos os veículos de imprensa, seja na produção de pautas ou no levantamento de dados para os diferentes tipos de reportagem.

Partindo-se do pressuposto de que a Internet, hoje, é uma fonte de informação relevante para o trabalho dos jornalistas em geral, o objetivo desta monografia foi verificar de que maneira a Internet tem colaborado para a realização de reportagens investigativas pelo jornal *Estado de Minas*. Buscou-se assim, entre outras coisas, conhecer o perfil e a origem dos sites mais consultados, descobrir em qual fase da reportagem investigativa a Internet tem auxiliado mais efetivamente os profissionais e verificar como se dá a relação de (des)confiança entre os repórteres e a rede.

A importância deste trabalho justifica-se pelo fato de, no Brasil, ainda serem escassos os estudos sobre o jornalismo investigativo, categoria que contribui

significamente para a crítica e vigilância do poder no país. Segundo Sequeira (2005: 16), “(...) o jornalismo investigativo tem sido praticamente ignorado nos principais estudos sobre a prática profissional”. Essa pesquisa também se propõe a analisar a Internet, fonte de pesquisa pouco estudada pela academia. “(...) no Brasil, estudos sobre o uso da Internet por jornalistas de veículos de imprensa tradicionais (jornais, TVs e rádios) ainda são um campo relativamente pouco explorado.” (Magalhães, 2007: 79)

Como graduando, também tive curiosidade de entender melhor o processo de criação e produção de uma matéria investigativa na atualidade, da pauta à veiculação do conteúdo final. A maioria dos estudantes de jornalismo vai para o mercado de trabalho sem ter uma idéia exata do que vem a ser esse tipo de reportagem, pouco ensinada pelos cursos.

Este trabalho é constituído de três capítulos. O primeiro procura definir o jornalismo investigativo, explicitando suas especificidades, tipos de reportagem, etapas da investigação, fontes e métodos de trabalho. Além disso, traça-se um breve histórico deste jornalismo, do seu surgimento aos dias atuais, tanto no Brasil quanto no mundo.

O segundo capítulo trata da relação entre o computador e a prática jornalística. Inicialmente, analisa-se a participação do computador no cotidiano das redações ao longo dos tempos. No item seguinte, são apresentados o conceito de Reportagem Assistida por Computador (RAC) e sua trajetória nos jornalismo americano e brasileiro, bem como as principais técnicas que inclui. Os dois tópicos posteriores dedicam-se à Internet, ferramenta de RAC escolhida para ser discutida nesta monografia.

No terceiro e último capítulo, realiza-se o estudo de caso sobre o uso da Internet, como fonte de informação, para as reportagens investigativas do jornal *Estado de Minas*.

1 - O JORNALISMO INVESTIGATIVO

Numa democracia, o povo tem todo o direito de conhecer tudo aquilo que afeta os seus interesses. (Jack Anderson)

1.1 – Definição

Conforme afirma Marcelo Beraba (apud Fortes, 2005: 15), a categoria jornalística denominada “jornalismo investigativo” — tradução de *investigative journalism* — contempla as reportagens de maior fôlego, que requerem do repórter maior investimento de apuração, pois ele precisa de mais tempo e paciência para pesquisar, entrevistar, observar, checar e, claro, buscar por documentos e provas.

Segundo Lage (apud Pena, 2006: 77), reportagem “é a exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente”. Ele considera a existência de três gêneros de reportagem: a investigativa, a interpretativa e o novo jornalismo. A reportagem investigativa “parte de um fato para revelar outros mais ou menos ocultados, e, através deles, o perfil de uma situação de interesse jornalístico”. Para o autor, um exemplo seria o caso Watergate.

Sequeira (2005: 11-2) lembra que em 1972, mais precisamente no dia 18 de junho, o jornal *The Washington Post* publicou uma reportagem, de autoria dos jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, que deu origem a um dos maiores escândalos da política norte-americana.

Dois dias antes da veiculação da matéria, cinco homens haviam sido presos tentando instalar aparelhos de espionagem no comitê do Partido Democrata, situado no edifício Watergate, em Washington. Ao investigar o caso, os dois repórteres acabaram descobrindo que havia uma ligação entre os espões e o coordenador de segurança do comitê para a reeleição do presidente republicano, Richard Nixon. A insistente investigação dos repórteres abalou fortemente a imagem do chefe da Casa Branca, de tal forma que Nixon se viu obrigado a renunciar dois anos depois.

José Roberto de Toledo, coordenador de cursos e projetos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), define a reportagem investigativa dizendo que

se há uma coisa de interesse público que não foi revelada — seja porque alguém tem interesse que essa coisa não seja revelada ou porque ninguém se deu conta — e que se consegue descobrir, embasar e publicar, isso sim merece o título de reportagem investigativa. (2007a)

Para Fortes (2005: 10), a modernidade contribuiu para que o jornalismo investigativo pudesse se especializar, uma vez que, até o início da década de 1990, toda matéria jornalística requeria deslocamentos, contato com registros etc. Após a chegada da Internet, o que não é encontrado na rede pode ser repassado pelas assessorias de imprensa por fax ou e-mail. Desse modo, a investigação deixou de ser um preceito para se transformar em uma área de crescente especialização. Isso não significa dizer que o jornalismo investigativo está na contramão da tecnologia. Ao contrário, como pretende mostrar este trabalho, as facilidades proporcionadas pelo computador e pela Internet também têm alterado a maneira de se fazer reportagens investigativas no Brasil e no mundo sem, contudo, que elas percam a sua essência.

Colaborando para a correta interpretação do que vem a ser jornalismo investigativo, Bistane e Bacellar (2005: 61-2) distinguem a diferença entre investigação e denunciismo. A primeira é um trabalho que exige alento, paciência e apuração criteriosa, apresentando provas irrefutáveis que podem ser questionadas, mas não desmentidas. Já o segundo é a veiculação de acusações infundadas ou mal apuradas que prejudicam a imagem de pessoas inocentes e afetam a credibilidade do jornalismo.

Um exemplo clássico de denunciismo no Brasil foi o caso Escola Base, em que proprietários de uma instituição de ensino foram acusados injustamente de abuso sexual contra alunos. Por falta de provas, o inquérito foi arquivado, e a imprensa, obrigada a se retratar¹. Mesmo assim, a cobertura jornalística irresponsável feita na época afetou profundamente a credibilidade do jornalismo brasileiro. Então, como se vê, denúncias são apenas o ponto de partida do jornalismo investigativo, cuja base é uma sólida pesquisa por parte do repórter.

Distinção também deve ser feita entre jornalismo investigativo e jornalismo declaratório, um novo tipo de jornalismo que vem sendo praticado em nível mundial.

¹ Segundo informações veiculadas em 2005 pelo site Consultor Jurídico, a revista *Isto É*, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e a TV Globo foram condenados a indenizar três vítimas das falsas acusações.

No primeiro, a declaração pode ser apenas o início da reportagem, que opera uma real apuração e investigação dos acontecimentos. O segundo, por sua vez, limita-se somente a coletar declarações, evidenciando falta de esforço por parte dos profissionais, em perseguir a verdade dos fatos, e deficiência dos veículos em priorizar a realização de boas matérias. “[...] o jornalismo declaratório transforma tudo em espetáculo, sem nem chegar ao alcance do investigativo, em que a declaração é apenas o começo da reportagem.” (Toledo et. al., 2007: 11)

Além de maior profundidade no processo de apuração, outra característica marcante do jornalismo investigativo é o tom crítico. Tal peculiaridade contribuiu para que essa categoria jornalística se tornasse conhecida, já que é por meio de reportagens investigativas que sempre vêm à tona denúncias de crimes, como a corrupção.

Entretanto, para o jornalista Antônio Fon (apud Sequeira, 2005: 74), o jornalismo investigativo também é uma “técnica que se pode aplicar em qualquer matéria, seja ela de esporte, de política ou de economia”. Dessa forma, desfaz-se o equívoco de pensar que as pautas do jornalismo investigativo se restringem apenas a denúncias, embora, de fato, a grande maioria das reportagens ditas investigativas trate de atos ilícitos.

Dines (1986: 92) mostra ter a mesma opinião ao afirmar que

o jornalismo investigativo não é apenas jornalismo de sensações ou escândalos. Relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência. Ao praticá-lo, necessariamente, não se obriga a postura de denúncias.

Uma reportagem não deve ser considerada investigativa tendo-se como base apenas o teor do texto. Estatísticas, documentação e declarações podem estar presentes em qualquer tipo de matéria, uma vez que são informações facilmente obtidas de fontes oficiais e assessorias de imprensa. Conforme afirma Sequeira (2005: 62),

ele [o texto jornalístico] se transforma em jornalismo investigativo quando o repórter utiliza técnicas e estratégias peculiares, que não fazem parte da rotina dos jornalistas de atualidade, e quando torna públicos acontecimentos que grupos de poder querem esconder da sociedade.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Pena (2006: 201) diz que o jornalismo investigativo trabalha com a informação primária, isto é, vinda da fonte original, não se contentando com versões ou fontes secundárias (aquelas que trazem informações obtidas de outras fontes):

seu objetivo é transitar pelos bastidores das notícias, arrancando o véu opaco de acontecimentos obscuros, cujos protagonistas fazem de tudo para escondê-los. Investigar significa pesquisar, confrontar, verificar, analisar, insistir. Todos esses verbos no mesmo processo de produção jornalística.

Fortes (2005: 35) aponta outras particularidades do jornalismo investigativo:

o que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão.

O jornalismo investigativo é uma das formas usadas pelos meios de comunicação brasileiros para fiscalizar o exercício dos poderes no país. Essa vigilância, se não impede, ao menos controla a participação na política de agentes públicos interessados somente em obter vantagens pessoais. De acordo com Silva (1991: 34), todos os envolvidos no processo de produção jornalística no Brasil concordam, em algum grau, que uma das funções da imprensa é exercer vigilância sobre a ação do Estado. Tal conceito vem dos Estados Unidos, onde é originalmente conhecido por *watchdog role* (“papal de cão de guarda”). Dessa forma, nota-se que o jornalismo investigativo tem um papel amplo, já que colabora para que a imprensa cumpra uma de suas funções principais.

Para Pena (2006: 204), o jornalismo investigativo contribui para o aperfeiçoamento da democracia e é uma maneira eficiente de a imprensa se aproximar da cidadania. “Se for exercido com responsabilidade, pode ser mais do que uma prática profissional: pode ser instrumento cívico.” E é por ser tão importante que, rotineiramente, reportagens investigativas saem vencedoras em concursos de jornalismo.

Segundo Sequeira (2005: 112-3), o jornalismo investigativo tem três funções: descobrir as motivações e as origens de um acontecimento, não se limitando ao factual; contornar *lobbies* e estratégias de *marketing* usadas pelas assessorias de imprensa com o intuito de criar uma imagem positiva das organizações que representam perante a sociedade; e aprofundar a investigação de histórias ou acontecimentos que já foram notícia — mas que deixaram de ser tratados pelos jornais — verificando se esses fatos, do modo como foram levados ao conhecimento do público, prejudicaram a sociedade.

De acordo com a autora, para que o jornalismo investigativo apresente à sociedade as mazelas que a debilitam, são necessários quatro elementos básicos: a existência de um contexto social democrático; a garantia, pelas instituições

governamentais, de que as mazelas mostradas sejam resolvidas; que as empresas de comunicação, economicamente estáveis, sejam independentes de instituições públicas e privadas; e, por último, que o jornalista tenha ética e liberdade durante o processo investigativo, seja na escolha do método de trabalho ou na seleção das estratégias adequadas para a conclusão da reportagem.

Somente em uma empresa de comunicação livre de amarras com os poderes econômicos e políticos e comprometida com a sociedade, o repórter investigativo poderá, de fato, fazer um relato capaz de mudar os rumos da história de uma nação, como ocorreu nos Estados Unidos, com o caso Watergate. É dessa forma que o jornalismo investigativo faz com que os meios de comunicação em geral caminhem de mãos dadas com a sociedade.

Para Dimenstein (Dimenstein e Kotscho, 1990: 19/59), o jornalismo independente provoca constantes incômodos, sempre enfrentando atritos com quem manipula a informação. O autor também diz que quando o poder e a imprensa se dão muito bem, quem se dá mal é o leitor. “O repórter precisa acreditar que tudo o que souber será publicado e não sofrerá represálias, como a perda de emprego. Nada mais freqüente do que os governantes pedirem a “cabeça” de repórteres, irritados com esta ou aquela notícia”.

Contudo é importante frisar que, na prática, são raros os momentos em que o jornalismo se mostra, de fato, inteiramente livre de amarras com grupos de poder. Aliás, a história recente do Brasil é útil para que se entenda um lado do jornalismo investigativo que nem todos conhecem. Em algumas situações, empresas de comunicação realizam reportagens investigativas não com o simples propósito de defender a sociedade, mas, sim, os seus próprios interesses que estão em jogo.

Durante a “Era Collor”, em que pipocaram infindáveis denúncias de corrupção, ficou evidente que o tratamento dispensado aos escândalos satisfazia a interesses de ordem política e econômica. Conti (1999: 502) relata, por exemplo, que a Rede Globo denunciou irregularidades no Ministério da Saúde com o objetivo de atingir o ministro da Saúde de Collor, Alcení Guerra. Alcení vinha se aproximando do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que — como se sabe — era inimigo declarado de Roberto Marinho, o fundador da emissora.

Corroborando a idéia de Sequeira (2005: 113) de que uma das condições para que o jornalismo investigativo cumpra seu papel é a solução pelos órgãos públicos dos problemas denunciados pela imprensa, Silva (1991: 100-1) diz que, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, a inoperância das instituições públicas faz com que no

Brasil muitos trabalhos de investigação jornalística não surtam efeito. Até porque, não cabe ao jornalismo investigativo substituir instituições oficiais omissas. De fato, o jornalismo investigativo não é — e não tem a pretensão de ser — substituto da polícia ou da justiça.

O Legislativo brasileiro não cumpre a sua parte. Nem o judiciário, que já chegou a condenar o jornalista em vez do criminoso. Nem a polícia, que só apura o que lhe convém. Watergate não foi só o resultado da ação do jornalismo. Foi também da polícia, do Congresso e da Justiça.

Em *O papel do jornal* — obra clássica da literatura jornalística brasileira, escrita originalmente na década de 1970 —, Dines (1986: 93-5) afirmava que o jornalismo investigativo também poderia contribuir com a própria imprensa, ajudando a trazer de volta o jornalismo *de campo*. Essa consideração, mesmo passados mais de 30 anos, continua a fazer todo o sentido.

Este jornalismo investigativo tirará o jornal diário da posição quase secundária que hoje está assumindo ao colocar-se no caudal da TV, ou como seu complemento. Mas é justamente o contrário que deve acontecer: o diário gera a notícia, puxa o cordão dos fatos, desamarra o fio dos eventos. É o repórter do jornal, pela desenvoltura do seu trabalho e pela ausência de complicada maquinaria a acompanhá-lo, que pode buscar o fato escondido e não conhecido e recolocar o jornal na crista do processo comunicativo.

1.2 - Histórico

Conforme afirma Sequeira (2005: 11-2), os trabalhos de jornalismo investigativo mais conhecidos estão situados no pós-Segunda Guerra Mundial, produzidos em sua maioria nos Estados Unidos, principalmente a partir de 1955. Entre os anos de 1964 e 1973, em razão da participação do país na Guerra do Vietnã, muitos jornalistas norte-americanos contrários ao governo começaram a se posicionar criticamente diante do trabalho dos políticos. Reportagens investigativas chegaram ao conhecimento do mundo em revistas como *Life* e *Look*. Todavia, o principal marco da história do jornalismo investigativo foi o caso Watergate, que transformou o fazer jornalístico não apenas nos Estados Unidos como também no Brasil.

Quando o escândalo veio à tona, o Brasil encontrava-se em plena ditadura militar, e a imprensa, sob censura prévia. Somente com a abertura política iniciada em 1974, os veículos de comunicação brasileiros passaram a ser mais ousados em sua cobertura.

Dois anos mais tarde, por exemplo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma série de três reportagens, comandada pelo jornalista Ricardo Kotscho, com o nome “Assim vivem os nossos superfuncionários”, que repercutiu no país por denunciar os privilégios de ministros e funcionários do alto escalão em Brasília e capitais. Essa série de matérias deixou claro que o jornalismo investigativo estava sendo praticado no Brasil. “(...) a série dá nova dimensão ao jornalismo investigativo no Brasil, que se converte, como nos Estados Unidos, em representante dos interesses dos cidadãos. (...)” (Sequeira, 2005: 12)

Para Fortes (2005: 10), o *boom* da investigação jornalística no Brasil só vai ocorrer mesmo após o fim da ditadura militar. “Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia — aquela que está escondida.”

No entanto, teria sido o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil, visto que foram os sucessivos escândalos, ocorridos entre 1990 e 1992, os responsáveis por uma onda investigatória fortemente disseminada na imprensa do país. Fortes (2005: 20) diz que “a Era Collor colocou em movimento um conjunto difuso de regras que, guardadas as proporções, reproduziu dentro das redações brasileiras o mesmo clima de exaltação profissional deflagrado, trinta anos antes, pelo caso Watergate”.

Segundo Bistane e Bacellar (2005: 65), foi também na década de 1990 que o telejornalismo investigativo ecoou no Brasil, com casos emblemáticos de reportagens, como o da Favela Naval e o da Máfia dos Fiscais. No primeiro exemplo, militares que praticavam desmandos em uma favela de Diadema, São Paulo, foram flagrados por meio de uma microcâmera. O segundo caso denunciou fiscais da prefeitura da capital paulista que cobravam propinas para emitir alvarás.

Para Fortes (2005:10), um salto evolutivo na trajetória do jornalismo investigativo no Brasil foi a criação da Abraji, em 2002. Trata-se de uma entidade criada por jornalistas, semelhante a outras existentes em países estrangeiros, com o objetivo de sistematizar práticas e conhecimentos ainda dispersos do jornalismo investigativo. Por meio dela, profissionais trocam experiências, informações e dicas sobre a reportagem investigativa.

Contudo, o jornalismo investigativo também enfrenta problemas, uma vez que hoje, conforme afirma Sequeira (2005: 58-9), o trabalho nas redações dos veículos está adaptado à velocidade da circulação das informações.

Dessa forma, ao se exigir que o repórter trabalhe na velocidade acelerada imposta pelo sistema, desconsidera-se o jornalista investigativo que, diferentemente de outros profissionais da imprensa, não consegue realizar matérias em prazos e espaços limitados e baseado apenas nas versões das fontes oficiais. Com isso, mesmo existindo repórteres ainda fascinados pelas reportagens investigativas, há cada vez menos espaço para elas no jornalismo impresso.

Com respeito à elaboração das matérias, a reportagem investigativa está na contramão do fazer jornalístico processado nas redações de hoje, que privilegia a imagem em detrimento do texto e as notícias curtas de até três parágrafos em detrimento das grandes matérias.

De acordo com a autora, outro empecilho para a execução de matérias investigativas é o custo. Em razão da crise econômica que atingiu a mídia brasileira, nem mesmo veículos da chamada grande imprensa têm tido condições de arcar com as despesas que um trabalho investigativo exige.

Lage (2003: 136) compartilha da mesma opinião: “empresas jornalísticas freqüentemente resistem à idéia de deslocar um profissional do trabalho rotineiro para um processo de investigação. Preocupação inicial de quem se lança a uma pesquisa mais extensa é, sem dúvida, como financiá-la”.

Ainda assim, principalmente por causa da sucessão de escândalos na política brasileira nos dias de hoje, é possível conferir com certa freqüência a presença de reportagens investigativas em muitos veículos, especialmente nas revistas semanais, na TV e nos jornais.

1.3 – Reportagens

Kovak e Rosenstiel (apud Sequeira, 2005: 28-30), detectaram três formatos diferenciados de reportagens investigativas nos Estados Unidos: a original, a interpretativa e a reportagem sobre investigação. A matéria é dita original quando são os repórteres os responsáveis pela descoberta e documentação de fatos ainda desconhecidos pelo público. Esse tipo de reportagem, normalmente, culmina em investigações públicas oficiais sobre o assunto alvo de denúncias. Ainda segundo os autores americanos, os repórteres podem recorrer a estratégias semelhantes às adotadas pela polícia, tais como usar informantes e fazer trabalho secreto.

A reportagem investigativa interpretativa é resultado de apurada reflexão e análise de assuntos já conhecidos e de maior complexidade, proporcionando ao público

melhor entendimento do fato em questão. A reportagem sobre investigação, por sua vez, trata de acompanhar o desenrolar de investigações oficiais em andamento ou em processo de preparação e, ao contrário do que muitos podem imaginar, os repórteres costumam ter amplo apoio dos órgãos governamentais durante a execução dessas matérias. “Os investigadores do governo costumam cooperar de forma ativa com os repórteres por muitas razões: para mudar dotações orçamentárias, influir sobre testemunhas potenciais ou formar opinião pública” (Kovak e Rosenstiel apud Macedo, 2006: 26).

Para Lage (2003: 139), a reportagem investigativa é constituída de etapas. A primeira delas é a percepção do tema, que pode ocorrer graças a pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras e observação direta da realidade. O segundo passo a ser dado pelo repórter é analisar a viabilidade, verificando a quais resultados pode chegar e se dispõe de fontes, recursos e prazos suficientes. No terceiro, deve o jornalista se familiarizar com o tema de que trata a matéria, realizando alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias. Em seguida, no quarto passo, é necessário desenvolver um plano de ação que inclua, dentre outras coisas, custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações. O quinto passo é operacionalizar o plano de ação, consultando as fontes. No sexto, reavalia-se o material coletado e se preenche os vazios de informação. As fases seguintes são a avaliação final, a redação e revisão, a veiculação e o seguimento ou *suite* da reportagem.

Sequeira (2005: 154) afirma que o processo de trabalho investigativo do repórter brasileiro não é diferente do realizado pelos profissionais de outros países e que, no caso do jornalismo investigativo do Brasil, depoimentos de repórteres mostraram que as etapas apontadas por Nilson Lage fazem parte da rotina dos entrevistados, apesar de cada jornalista ter seu método próprio de trabalho e cada reportagem, por suas peculiaridades, ser única.

Para Macedo (2006: 27-8), a fase da pesquisa requer do repórter paciência e concentração, já que boas investigações são demoradas e culminam na descoberta de documentos, dados, legislações e códigos. Também é preciso que o profissional tenha insistência e perseverança, pois, como diz uma antiga máxima, “notícia é tudo aquilo que alguém, em algum lugar, quer esconder”. Dessa forma, é necessário realizar muitas entrevistas para colher o maior número possível de informações, críticas e contradições dentro da apuração, além de possuir conhecimento policial básico para compreender o trabalho da polícia na investigação, seleção de pistas, análise de provas e indícios.

Durante a investigação jornalística, o repórter precisa ter curiosidade e desconfiança. “Quanto mais pesado o assunto, mais curioso e desconfiado deve ser o repórter. A curiosidade é que leva o homem a olhar um buraco escuro no chão. A desconfiança é que o impede de meter a mão sem antes pesquisar o que tem dentro” (Fortes apud Macedo, 2006: 27). Ainda são exigidos do repórter investigativo: discricção, para garantir o sigilo da apuração; checagem exaustiva, quando a informação parecer estranha, imprecisa, inconsistente ou óbvia demais; arquivos bem organizados e de fácil acesso, para o momento em que for ocorrer a redação do texto; coragem e responsabilidade, pelos riscos que a atividade envolve; clareza e simplicidade na elaboração da reportagem, para que uma apuração trabalhosa não resulte em uma matéria repleta de números, termos e expressões ininteligíveis.

1.4 - Fontes

Quesada (apud Sequeira, 2005: 89-90) criou uma classificação para as fontes do jornalismo investigativo. A autora afirma que existem as fontes escritas e as orais. As fontes escritas consistem em documentos que contêm informações úteis e que podem ser encontrados em arquivos públicos e privados, livros e textos em geral. Há também os textos de livre consulta (qualquer informação impressa que interesse ao repórter) e documentação variada (folhetos publicitários, propaganda comercial, correspondência pessoal etc.). As fontes impressas são de suma importância em determinadas etapas da investigação, porque nem sempre o jornalista encontra apoio de terceiros para obter informações por meio de entrevistas. Além do mais, elas funcionam como provas que conferem autenticidade e credibilidade para a reportagem.

Para a pesquisadora espanhola, as fontes orais são pessoas que fornecem informações ao repórter investigativo. Elas são subclassificadas de oficiais, quando ocupam algum cargo público, e de extra-oficiais ou oficiosas, se fornecem informações sem permitir que sejam identificadas no texto da matéria, sendo também chamadas de fontes *off the record*.

Para Sequeira (2005: 187), o repórter investigativo deve redobrar a atenção com informações repassadas por fontes *off the record*, pois o *off* pode abrir espaço para “plantações”, já que a fonte está protegida pelo anonimato e quem responde pelos erros é o repórter e o veículo:

no jornalismo investigativo, o repórter entra em contato com um elevado índice de fontes de informação que não querem ou não podem ter seus nomes revelados, o que leva o profissional a dedicar um cuidado maior à checagem, adotando rigor escrupuloso e confrontação das informações. Afinal, os jornalistas têm consciência de que são os responsáveis legais sobre o material que está sendo publicado, no caso de algum informante mentir ou se equivocar ao fazer uma declaração.

Dimenstein (Dimenstein e Kotscho, 1990: 48), diz que, em matérias investigativas, uma fonte que não deve deixar de ser consultada é a pessoa alvo de acusações. Ela deve sempre ser ouvida, tendo assegurado o seu direito de resposta. Para o autor, quando é publicada uma denúncia sem fundamento sobre alguém que não foi consultado antes da veiculação da matéria, a pessoa será prejudicada mesmo se no dia seguinte lhe for concedido espaço para esclarecimentos, visto que terá de rebater uma afirmação já apresentada como verdadeira.

O problema, segundo Dines (1986: 92), é que “no Brasil, geralmente ocorre que um dos lados envolvidos no caso controverso, sempre aquele em posição de acusado, recusa-se a prestar informações requeridas (ou pior, tenta embargar a própria reportagem) induzindo o repórter a um parcialismo involuntário”.

1.5 - Métodos

Uma das críticas que são feitas ao jornalismo investigativo diz respeito aos métodos de apuração empregados pelo repórter, que em determinadas circunstâncias pode ter sua postura mais semelhante à de um policial ou detetive do que à de um jornalista propriamente dito. A discussão, normalmente, gira em torno de supostas infrações éticas durante o processo de investigação, que pode requerer infiltrações, disfarces, usos de câmeras e gravadores ocultos etc.

Pelo fato de colocar a ética em risco mas, ao mesmo tempo, beneficiar a sociedade, há quem ataque e quem defenda o jornalismo investigativo. O jornalista consciente do seu papel e dos seus limites vê-se em dúvida na realização de certas reportagens. Afinal, os fins justificam os meios? “Como você colocaria os pesos numa equação custo-benefício em que apenas uma pessoa pode suportar um custo intenso enquanto o benefício é espalhado sobre milhões e pode ser tão tênue a ponto de não ser notado?” (Meyer, 1989: 134)

O jornalista Ricardo Noblat, citado por Fortes (2005: 54), — que admitiu já ter se passado ao telefone por um major da Polícia Militar para obter informações de que precisava — faz questionamento semelhante:

porque sou jornalista e porque vivemos em uma democracia estou liberado para valer-me de qualquer recurso que assegure à sociedade o direito de tudo saber? Posso roubar documentos, mentir, gravar conversas sem autorização, violar leis? Onde está escrito que disponho de tais prerrogativas? Quem me deu imunidade para rasgar códigos que regulam o comportamento das demais pessoas?

Karam (apud Toledo et. al., 2007: 5), reforça a necessidade de o jornalista agir com ética e diz que sua responsabilidade para com a informação é maior que a da fonte.

De certa forma, podemos dizer que as fontes podem não ser éticas, por tentarem esconder, em muitos casos, informações de interesse geral da sociedade e que, não reveladas, podem causar danos ao cidadão em seu dia-a-dia, em sua vida. No entanto, a responsabilidade do jornalista com a informação jornalística e com a mediação da realidade é maior do que a fonte ou um cidadão que não está diretamente ligado ao universo cotidiano do jornalismo.

Este trabalho não tem o propósito de discutir a viabilidade ética das práticas empregadas pelo repórter investigativo para a obtenção da informação, até porque não é fácil obter respostas concretas para os questionamentos que são feitos sobre os métodos de investigação. Entretanto, todos concordam que o profissional deve sempre analisar se é de extrema necessidade lançar mão de uma ilegalidade para denunciar outra, já que, além da ética, pode ser prejudicada a integridade do repórter.

Em determinadas circunstâncias, principalmente quando omite sua identidade e prepara “armadilhas” para pessoas fora da lei, o repórter investigativo expõe sua vida a enormes riscos. Em 2002, Tim Lopes — repórter da TV Globo com longo histórico de reportagens investigativas — foi barbaramente torturado e morto por traficantes, após ser pego com uma microcâmera que era usada para documentar práticas criminosas em bailes funks cariocas. O assassinato de Tim fez com que, de uma hora para outra, órgãos da imprensa brasileira passassem a discutir os limites da investigação jornalística, os riscos e a relação custo-benefício da ousadia ou ambição do repórter. (Fortes, 2005: 73-4).

2 - O COMPUTADOR E A PRÁTICA JORNALÍSTICA

O exagero profético e a manipulação ideológica que caracterizam a maior parte dos discursos sobre a revolução tecnológica da informação não devem levar-nos a cometer o erro de subestimar sua importância verdadeiramente fundamental. (Manuel Castells)

2.1 – Informatização das redações

Nos últimos vinte e cinco anos, tem-se notado a adoção crescente de novos instrumentos e procedimentos de trabalho pelos meios de comunicação. Esse processo está vinculado a um contexto mais amplo, que tem relação com as exigências da atual fase do capitalismo.

A globalização da economia impõe às empresas jornalísticas, não só brasileiras, o emprego de recursos tecnológicos como uma das formas para aumentar a competitividade e, conseqüentemente, se credenciar para disputar mercados em expansão. (Baldessar, 2007: 5)

Segundo a autora, a pesquisa intitulada “Campo Profissional e Mercado de Trabalho em Comunicação no Brasil” constatou que 89% dos entrevistados notaram mudanças significativas no ofício de jornalista. Destes, 79% atribuem as modificações às novas tecnologias introduzidas nos órgãos de imprensa. Seguramente, uma das tecnologias que mais revolucionaram o fazer jornalístico não só no Brasil, como em todo o mundo, foi o computador. Essa novidade transformou a dinâmica das redações, tornando-se um item indispensável em veículos de todo porte.

O processo de informatização das redações dos jornais e revistas no Brasil teve início na década de 1980. A partir daí, o cotidiano profissional dos jornalistas foi alterado em vários aspectos. Além das mudanças no ambiente e na estrutura física das redações, eles passaram a conviver com a exigência de maior qualificação, especialização crescente e modificações nas condições de trabalho.

De acordo com Lage, citado por Magalhães (2007: 37), estabeleceu-se no meio jornalístico, assim como em outros setores, a geração dos profissionais “informáticos”, isto é, de jornalistas que dominam a informática e as novas tecnologias da informação. Paralelamente, aos poucos, começaram a agonizar e a desaparecer os “não-informáticos”, que, para continuar no mercado, tiveram que se adaptar aos novos tempos e aprender a lidar com a tecnologia. Os que se recusaram a aceitar essa mudança de paradigmas tiveram que trocar de profissão ou conviver com o desemprego.

Firmou-se, também, uma nova relação com o texto, principalmente em termos de mobilidade e rapidez. Acabaram-se a preocupação com o fim da linha (os *softwares* de edição hifenizam) e a dificuldade de inserir informações em qualquer ponto da matéria. Além disso, programas de editoração permitiram um manuseio mais perspicaz de gráficos, imagens etc. No entanto, muitas inovações propiciadas pelo computador ainda estavam por vir.

Mais à frente, num segundo momento, foi a vez dos profissionais se aproveitarem da praticidade da Internet, das planilhas de cálculo e dos bancos de dados. Desde então, o computador tem se mostrado útil para a execução de pesquisas pelos repórteres. Lage (2003: 139-40) afirma que “a reportagem investigativa — como, de resto toda forma de pesquisa — tende a beneficiar-se enormemente com a difusão dos computadores, que facilitam o arquivamento e a recuperação de informação”. Enfim, como diz Baldessar (2007: 7), “o processo de utilização do computador pelos jornalistas, como ferramenta de trabalho, é irreversível e irrefutável”.

Para alguns estudiosos, a imposição trazida pela tecnologia de se produzir conteúdos em prazos cada vez menores teve conseqüências danosas para o dia-a-dia dos jornalistas. Em certos pontos, eles passaram, de fato, a ser mais pressionados do que beneficiados em seu trabalho. Munidos de um *notebook*, por exemplo, eles são obrigados a elaborar suas matérias em tempo recorde fora das redações, diretamente de onde ocorreu o fato alvo da cobertura. Com a Internet, o ato de levar trabalho para casa também se tornou corriqueiro.

Teóricos como Koch (apud Machado, 2003: 24), acreditam que a tecnologia digital tende a afetar não apenas os meios de produção, mas também os próprios conteúdos, pois a utilização dos bancos de dados eletrônicos lança os alicerces para um novo tipo de jornalismo, no qual os profissionais não se encontram mais presos aos pontos de vista limitados expressos por especialistas e fontes oficiais.

Já Kovak e Rosenstiel (apud Sequeira, 2005: 50-1), posicionam-se de maneira mais crítica diante da informatização das redações, visto que detectaram em seus

estudos, por exemplo, que a Internet tem permitido aos profissionais da imprensa acesso fácil a matérias e declarações, sem que façam investigação. “Nesta era de notícias 24 horas, os repórteres agora passam mais tempo procurando alguma coisa para acrescentar às suas matérias, geralmente interpretação, em lugar de tentar descobrir e checar, de forma independente, novos fatos.”

2.2 - Reportagem Assistida por Computador

A prática do uso do computador pelos jornalistas para colher, armazenar, ordenar e recuperar informações tem nome: RAC, sigla para “Reportagem Assistida por Computador”, uma tradução de *Computer Assisted Reporting* (CAR). (Abraji, 2007: 1) RAC também pode ser qualquer reportagem que, para ser realizada, necessitou do computador como ferramenta de pesquisa, análise e, ou, contextualização de dados para transformá-los em uma informação de interesse público.

A RAC teve início em 1967, nos Estados Unidos, com Philip Meyer, então jornalista do *Detroit Free Press*. Na época, ele usou um computador *mainframe*² para analisar uma pesquisa com moradores de Detroit sobre os distúrbios ocorridos no verão daquele ano, na cidade. Seis anos mais tarde, Meyer lançou o livro *Precision Journalism*, obra clássica da literatura dedicada ao tema RAC.

Em 1989, foi concedido o primeiro prêmio Pulitzer — a principal premiação de jornalismo em língua inglesa do mundo, criada em 1917 pela Universidade de Columbia (EUA) — a uma reportagem que contou com auxílio do computador. Tratava-se de uma matéria do *Atlanta Journal Constitution* sobre discriminação racial na concessão de financiamentos habitacionais. (Abraji, 2007: 3)

Lage (2003: 162) afirma que a difusão da RAC nos Estados Unidos é intensa. Uma entidade do país criada na década de 1990 e vinculada à Universidade de Missouri — o *National Institute for Computer-Assisted Reporting* (NICAR), treinou 12 mil repórteres em técnicas de apuração computadorizadas até o início de 1999.

Várias outras organizações competem com o NICAR nessa tarefa de treinamento de jornalistas. Uma delas é a *Investigative Reporters and Editors*, associação fundada em 1975, e também sediada na Universidade de Missouri, que congrega repórteres e editores especializados em reportagem assistida por computador. (Machado, 2003: 167)

² Segundo Pinho (2003: 249), um dos primeiros modelos de computador. Era grande e tinha pouca capacidade de processamento.

Foi utilizando técnicas de RAC, por exemplo, que o jornal *The Miami Herald* encontrou indícios e provas de fraude eleitoral nas eleições para prefeito de Miami, e que o *The Washington Post* provou que a polícia da capital norte-americana é a que mais usa armas e perde policiais em confrontos violentos, o que se justifica, em parte, pela falta de preparo destes. (Lage, 2003: 162-3)

No Brasil as técnicas de RAC chegaram em 1995, juntamente com a Internet comercial e os computadores pessoais. As primeiras matérias envolviam análise de bases públicas de dados, como as do IBGE, em planilhas eletrônicas. Dois anos mais tarde, o jornal *Folha de S. Paulo* deu início à realização de cursos periódicos de RAC aos jornalistas do seu quadro de funcionários. Em 2003, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) passou a oferecer cursos de RAC abertos a jornalistas e estudantes de todo o país. (Abraji, 2007: 4)

Um exemplo do uso de técnicas de reportagem assistida por computador que se destacou no meio impresso brasileiro é dado por Sequeira (2005: 29). Trata-se da série de reportagens de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de S. Paulo*, veiculada em 2002, que levantou os bens oficialmente declarados por políticos que concorriam a um cargo público, de acordo com suas declarações apresentadas à Justiça Eleitoral. As reportagens revelaram os dez políticos com maior patrimônio.

Na ocasião, o levantamento patrimonial realizado pelo repórter também deu origem ao site Controle Público, que permitia à sociedade em geral acessar informações relativas aos políticos, mas até então inacessíveis pela incapacidade e falta de interesse por parte do Estado em disponibilizar tal conteúdo. O trabalho rendeu a Fernando Rodrigues as principais premiações jornalísticas daquele ano: *Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa*, *Prêmio Líbero Badaró de Webjornalismo*, *Prêmio Folha – categoria Especial*, além do *Premio para Internet de la Fundación Nuevo Periodismo Internacional*.

Toledo (2007a) — um dos pioneiros da aplicação de técnicas de reportagem com auxílio do computador — faz uma avaliação positiva da difusão da RAC no Brasil. Para ele, as técnicas já são uma realidade não só nos veículos da dita grande mídia:

a gente está vivendo um momento de expansão das técnicas de reportagem com auxílio do computador, que é uma coisa positiva. Embora isso tenha acontecido com muito atraso, se a gente for comparar, por exemplo, com o que acontece nos Estados Unidos há 30 anos. Esse momento que a gente está vivendo é muito importante, porque é um momento de transformação das redações. A gente vê isso acontecer não só nas grandes redações, mas também em veículos não tão tradicionais.

Basicamente, as principais técnicas de RAC são a busca na Internet e a utilização de planilhas de cálculo e de bancos de dados. (Lage, 2003: 156) Dessa forma, se a Internet é utilizada para encontrar uma informação relevante para incluir na matéria, pode-se dizer que uma técnica de RAC foi aplicada. Durante uma reportagem, se são feitos cálculos no Excel com o propósito de quantificar dados ou se um programa de banco de dados é empregado para armazenar e depois recuperar informações, outras técnicas de RAC estão sendo empregadas.

Essas técnicas, que não precisam ser aplicadas necessariamente de maneira simultânea, são úteis desde a elaboração de pautas do dia-a-dia à execução de grandes reportagens investigativas. Para Lage (2003: 156-7), “trata-se de colher e processar informação primária ou, pelos menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público”.

Podem ser enumeradas várias vantagens advindas das técnicas de RAC. Entre elas, destacam-se: obtenção de dados precisos com alta velocidade; análise de grandes volumes de informação em pouco tempo; busca e filtragem de dados; execução de grandes quantidades de cálculos com rapidez; montagem de bancos de dados próprios para contextualização de reportagens e recuperação veloz de informação. (Abraji, 2007: 1-2)

No que tange ao uso de bancos de dados e de planilhas de cálculo, é importante ressaltar que ele não permite apenas armazenar informações e encontrar números relevantes. Essas técnicas, aliadas a métodos científicos de investigação social e psicossocial, formam o que Philip Meyer chama de “jornalismo de precisão”, que parte da premissa de que o profissional da informação é mais do que um intérprete e transmissor, mas um administrador e analista de dados. Métodos de análise de dados das ciências sociais são utilizados pelo repórter durante o processo de apuração. Desse modo, permite-se que a objetividade baseada em depoimentos contraditórios seja substituída pela objetividade fundamentada em investigação contextualizada. (Pena, 2006: 174-5)

Apesar de sua grande utilidade, as técnicas de RAC não substituem as da reportagem tradicional, apenas as complementam. Isso significa dizer que sempre — e não só quando se tratar de reportagens investigativas — será preciso apurar, checar e ouvir os lados envolvidos. Dados só se transformam em informação se corretamente filtrados, analisados e contextualizados, sendo essa uma função-chave para os profissionais. O objetivo das ferramentas de RAC, na verdade, é facilitá-la. (Abraji, 2007: 5)

Para Toledo (2007a), a RAC pode funcionar também como ponto-de-partida para a reportagem:

eu não digo que é uma complementação, porque muitas vezes a RAC pode ser usada como a primeira coisa. Não conversou com ninguém, não falou com ninguém, está sem nenhuma pauta e de repente começa a fazer uma pesquisa numa base de dados ou na Internet, descobre um assunto relevante, a partir daí começa a levantar mais informações sobre aquilo, consolida uma pauta e vai fazer o jornalismo tradicional, entrevistando pessoas, buscando personagens. Em suma, não muda o trabalho. Não há antítese entre RAC e reportagem tradicional. Na verdade, é tudo reportagem. Só estamos melhorando a reportagem, usando uma técnica extra que vai nos dar mais agilidade e precisão.

Entre as técnicas de RAC, este trabalho optou por discutir aquela que mais se popularizou na imprensa para a produção de pautas e levantamento de informações: a pesquisa na Internet ou, mais precisamente, a busca por informações na Web. Dessa forma, os itens seguintes deste capítulo são dedicados à rede mundial.

2.3 - Histórico da Internet

De acordo com Lage (2003: 156), “a Internet é uma rede mundial de computadores ligados por linhas telefônicas ou qualquer outro dispositivo na qual se deposita um acervo enorme — imensurável, crescente — de dados que alguém decidiu levar ao público”.

Pinho (2003: 9) afirma que os principais instrumentos da rede mundial são o correio eletrônico, a Usenet, as listas de discussão, o Internet Relay Chat (IRC), o File Transfer Protocol (FTP), a Telnet e a World Wide Web (Web).

Segundo Magalhães (2007: 31), a maior rede de comunicação do planeta foi criada pelos Estados Unidos, em 1969, com objetivos militares. No início da década de 1960, em plena Guerra Fria, o país vivia o temor de um ataque nuclear. O Departamento de Defesa norte-americano, por meio da *Advanced Research Projects Agency* (ARPA – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), realizou estudos que resultaram na criação da ARPAnet.

Tratava-se de uma rede de computadores que proveria uma comunicação emergencial entre centros tecnológicos e de pesquisa e instalações militares, caso o país viesse a sofrer agressões bélicas de outras nações, especialmente da então União Soviética.

Em 1981, o sistema ganhou o nome de Internet. Até metade desta década, mesmo já expandida para outros países, a Internet estava presente apenas em instituições de ensino e pesquisa, devido ao custo elevado dos *mainframes*. Em 1989, o programador Tim Berners-Lee desenvolveu o Enquire, um *software* que organizava informações na rede, inclusive as que possuíam *links*, atalhos para acesso a outros endereços eletrônicos.

Mais tarde, Berners-Lee criou a *World Wide Web*, a internet gráfica e com recursos multimídia, tal qual a conhecemos hoje. Em 1993, outro programador, Mark Andressen, inventou o navegador Mosaic — uma interface essencial para o ambiente gráfico —, criando condições para a definitiva expansão e aumento de qualidade e popularização da rede. De tão conhecida atualmente, alguns convencionaram considerar a Web sinônimo de Internet. Na verdade, esta última é a infra-estrutura de redes, servidores e canais de comunicação que dá sustentação à Web. “O crescimento da WWW foi rápido e não parou desde então. Em 1996, já existiam 56 milhões de usuários no mundo.” (Ferrari, 2003: 17)

Segundo Magalhães (2007: 33), a Internet chegou ao Brasil inicialmente nas universidades, no começo da década de 1990, mas ainda sem interfaces gráficas e em computadores de monitor monocromático, com telas pretas e caracteres em branco ou verde. A rede só iria se popularizar com o advento da Internet comercial, o que ocorreu em 1995. Neste ano, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil, que ficaria responsável por gerenciar os domínios “.br”. Dez anos mais tarde, o número de provedores passou de 20 para 1.219, e o de usuários, de 120 mil para 17,9 milhões.

A abertura da Internet comercial ocorreu no Brasil em maio de 1995, deixando a rede de ser exclusiva do meio acadêmico para estender seu acesso a todos os setores da sociedade. Entre outras razões, a expansão verdadeiramente vertiginosa da Internet no país (e, naturalmente, em todo o mundo) foi estimulada pelo contínuo e maciço ingresso no ciberespaço de governos, organizações, instituições e empresas comerciais, industriais e de serviços. Aos poucos, até mesmo as empresas de comunicação tradicionais migraram para a rede mundial buscando oferecer aos internautas conteúdo e informação durante as 24 horas do dia, todos os dias. (Pinho, 2003: 09)

Como sintetiza Ferrari (2003: 78), “enfim, a abrangência de serviços oferecidos num portal consegue preencher e resolver grande parte das necessidades do homem moderno”.

2.4 - Pesquisa na rede

Atualmente, a rede mundial de computadores é primordial para o dia-a-dia dos veículos de comunicação, porque guarda um vasto acervo de dados que, por alguma razão, foram disponibilizados ao público. “Um computador — eventualmente, um portátil *laptop* — e uma conexão com a Internet possibilitam ao repórter acessar, de qualquer parte do mundo, seus próprios arquivos ou milhões de bancos de dados sobre os mais diferentes assuntos.” (Lage, 2003: 161)

Esse comentário reforça a idéia de Magalhães (2007: 11) de que a adoção da Internet pelos jornalistas não se restringe à prática do jornalismo digital (ou jornalismo *online*), em que todas as etapas do sistema jornalístico de produção — da apuração à circulação dos conteúdos — estão delimitadas pelas fronteiras do ciberespaço. As redações jornalísticas em geral utilizam a Internet com frequência constante para executar pesquisas e apurações de informações que serão úteis ao seu trabalho. Nesse caso, dados importantes também são obtidos por meio de métodos clássicos de coleta. Machado (2003: 23) afirma que esse último modelo “representa a aplicação do conceito de jornalismo assistido por computador, que permite o uso dos conteúdos das redes nos meios convencionais sem alterações essenciais no conjunto das práticas de todos profissionais dentro das redações”.

Em razão do uso cada vez mais amplo da rede mundial de computadores — principalmente a partir da segunda metade da década de 1990 —, Magalhães (2007: 10) diz que os jornalistas e o jornalismo “se beneficiam de maneira significativa da facilidade de acesso a múltiplos bancos de dados, pela internet, para pesquisas, comunicação e, conseqüentemente, para a produção de notícias”. O autor é mais enfático ao afirmar que

é quase impossível encontrar atualmente no Brasil, assim como em praticamente todo o globo, jornalistas que não usem a rede mundial de computadores, seu arcabouço quase ilimitado de informação e conhecimento e suas ferramentas de busca e recuperação de informações para produzir material jornalístico, com variada frequência. (p. 11)

Para Pinho (2003: 9/98), os principais instrumentos da rede mundial trazem recursos tecnológicos capazes de facilitar o desempenho de inúmeras atividades e funções jornalísticas, tais como: a busca de idéias que possam vir a se transformar em notícia; a ajuda ao repórter para localizar fontes e levantar o contexto dos fatos e acontecimentos alvos de cobertura; o acesso a arquivos em todo o mundo para encontrar

documentos que ajudem os profissionais a levantar informações prévias sobre o assunto de uma reportagem pautada pelo editor; a consulta a bases de dados e bibliotecas que armazenem um grande volume de informações.

O autor lembra que o jornalismo, nos seus primórdios, baseava-se nas fontes primárias para coletar informações. Desse modo, o repórter se encarregava de entrevistar pessoas envolvidas com o acontecimento e encontrar documentos que comprovassem os fatos, para finalmente redigir notícias e reportagens. Hoje, a Internet alterou relativamente esse quadro.

De fato, toda a forma de jornalismo passou por mudanças, inclusive o investigativo, que se caracteriza pela procura obrigatória por fontes primárias. O jornalista Frederico Vasconcellos, em entrevista a Sequeira (2005: 145-6), revelou que “antes, precisava sair da redação para pesquisar num cartório, por exemplo. Agora, localizo tudo pela rede”. Já o repórter Rubens Valente — ratificando a idéia de que a Internet veio para facilitar o jornalismo investigativo — disse que a rede “dá uma memória de fatos e pessoas, ajuda a estabelecer conexões entre pessoas que aparentemente não se conheciam e tem ajudado enormemente, principalmente na localização de fontes e empresas, dados biográficos e checagem de informações”.

Como hoje em dia é praticamente impossível a um jornalista não fazer pesquisas na Internet durante o seu trabalho, pode-se dizer que qualquer reportagem que utilizou informações extraídas da rede é um exemplo de RAC? Para Toledo (2007a),

a gente não deve tentar classificar matérias dizendo “isso é uma matéria de RAC” ou “isso não é uma matéria de RAC”, porque a tendência é cada vez mais essa fronteira ficar diluída. Talvez fique mais difícil daqui pra frente você dizer “essa matéria não teve ajuda do computador”. Porque é um instrumento que está cada vez mais presente na vida de todo mundo, especialmente da gente, jornalista.

Os repórteres investigativos podem capturar informações úteis na rede mundial de diversas maneiras. As mais comuns são o uso de mecanismos de busca por meio de palavras-chave (como o *Google* – www.google.com.br), o acesso direto a páginas destinadas a profissionais investigativos (tais como a da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji – www.abraji.org.br) ou cujo objetivo é disponibilizar informações de interesse público (pode-se citar o site Transparência Brasil – www.transparencia.org.br) e a pesquisa avançada em bancos de dados *online*, principalmente de sites vinculados a órgãos públicos (um exemplo é o da Receita Federal do Brasil – www.receita.fazenda.gov.br).



Figura 1 – Homepage da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

Tognolli (apud Fortes, 2005: 88) afirma que nos últimos oito anos pelo menos nove prêmios Pulitzer foram concedidos a reportagens investigativas que nasceram de pesquisas na Internet.

Na imprensa brasileira, já são vários os casos em que jornalistas — usando a Internet — conseguiram até dar o pontapé inicial de grandes furos de reportagem, sem sair da redação. Entre os citados por Tognolli (apud Fortes, 2005: 87), tem-se o episódio da bomba, fabricada por um professor, que explodiu em um avião da TAM que ia de São José dos Campos para São Paulo, em 1997. Na época, o Instituto de Criminalística mantinha o assunto sob sigilo e divulgou o nome de apenas um dos componentes do artefato. Foi recorrendo ao *Google*, que o *Jornal da Tarde* descobriu, em um site estrangeiro, que somente dois tipos de bomba caseira poderiam ter sido feitos com o referido elemento. A matéria produzida pelo jornal, com um título semelhante a “Saiba como a bomba foi feita”, fez com que a chefia da Criminalística procurasse saber quem havia “vazado” as investigações.

No entanto, conforme salienta Machado (2003: 30), o repórter precisa dominar técnicas para obter uma informação de qualidade na rede.

Para desenvolver o trabalho jornalístico em um entorno cada vez mais amplo e complexo como o mundo digital, tanto o profissional quanto o usuário das redes telemáticas devem dominar técnicas adequadas para avaliar dados muito

diversos, com valor desigual e propósitos distintos que cada cidadão pode publicar sem qualquer tipo de restrição prévia.

Para Magalhães (2007: 12-3), são inúmeros os benefícios e facilidades que a Internet traz aos profissionais da imprensa. Segundo o autor, os jornalistas não são mais obrigados a “suar a camisa” ou a “gastar tanta sola de sapato” para obter informações imprescindíveis ao seu trabalho. Além disso, nas redações, a comunicação eletrônica tem substituído boa parte das conversas por telefone e a utilização dos aparelhos de fax e de correspondências de papel.

No tocante ao rompimento das distâncias pela rede, Machado (2003: 33) demonstra ter um ponto de vista favorável e otimista ao afirmar que

a dimensão mundial das redes rompe com os limites impostos pelas distâncias físicas, impeditivas para empresas com menos recursos acessar documentos ou as fontes primárias, mas que agora podem ser consultadas a baixo custo através de correio eletrônico. Uma publicação que acompanha o processo de renegociação da dívida externa brasileira pode, sem a necessidade de manter um correspondente em Nova Iorque, apresentar uma cobertura completa da situação tomando como fundamentação os dados documentados e as projeções de analistas de mercado ou especialistas acadêmicos disponíveis em páginas como Banco Mundial, Bolsa de Nova Iorque ou de economistas como Paul Krugman.

Entretanto, com relação à cobertura política especificamente, o mesmo autor alerta que

nenhum tipo de jornalismo pode, em troca do acompanhamento das ações restritas ao mundo das redes, menosprezar a cobertura de centros que irradiam parcela considerável do poder político de uma sociedade, instâncias dedicadas a elaborar as normas essenciais para o funcionamento das instituições capazes de alterar a rotina de todos. (p. 32)

Sobre a facilitação que a rede proporcionou aos jornalistas para a busca e recuperação de dados, Garrison, citado por Magalhães (2007: 12-3), afirma que esses profissionais hoje

(...) freqüentemente usam a internet para encontrar informações governamentais locais, estaduais e federais. Também recorrem à Web (World Wide Web) para procurar outras informações e usar motores de busca e índices. Além disso, as pesquisas indicam, eles usam a Web para achar informações sobre negócios, para localizar referências difíceis de encontrar de outra maneira, identificar fontes em potencial e proporcionar profundidade e contexto a suas coberturas.

Outras vantagens apontadas por Magalhães são a redução de tempo que a Internet proporciona durante o processo de produção de notícias e a autonomia que o

uso da rede confere aos profissionais na coleta e seleção de dados para as reportagens.

A Internet

(...) entrou rapidamente nas rotinas de produção noticiosa, pois permitiu reduzir o tempo pesquisa (sic) que antecede qualquer trabalho. Com um vasto repositório de informação disponível 24 horas por dia e à distância de um simples gesto, tudo se tornou mais fácil. (Canavilhas apud Magalhães, 2007: 13)

Garrison (apud Magalhães, 2007: 40) ainda destaca a multiplicação de fontes para o trabalho jornalístico promovida pela Internet. Antes da rede, era necessário que os jornalistas ouvissem diretamente fontes oficiais, oficiosas ou independentes durante o procedimento de apuração. Desse modo, em certas circunstâncias, sujeitavam-se a mentiras e manipulações. Agora, com a crescente quantidade de sites dedicados aos mais diversos assuntos, os profissionais ganharam relativa autonomia para escapar de alguns tipos de artimanhas e desinformação oriundos das fontes ditas tradicionais.

Com a multiplicação das fontes provocada pela facilidade de obtenção de dados armazenados nas páginas individuais, nos bancos de dados públicos e nas redes de circulação de notícias aumenta a chance de ocorrer um deslocamento do lugar das fontes da esfera do oficial ou do oficioso para o domínio público. (Machado, 2003: 28)

Ainda no que diz respeito à relação entre Internet e a prática do jornalismo, Pinho (2003: 98-9) comenta que

a web proporciona aos repórteres e editores uma nova e importante ferramenta para o acompanhamento de fatos e acontecimentos em todo o mundo, para a apuração de informação da atualidade e para a identificação de fontes e de contatos que possam colaborar com informação para o trabalho jornalístico.

Entretanto, o autor frisa que a Web não deve servir sempre como alternativa para documentos, conversas telefônicas e entrevistas pessoais. Para ele, entre os principais objetivos da Internet, estão ajudar o jornalista a obter os documentos, a encontrar fontes autorizadas e a se informar sobre o contexto dos fatos e acontecimentos que pretende noticiar.

Garrison (apud Magalhães, 2007: 42) — baseado em estudos realizados nos Estados Unidos, durante a segunda metade da década de 1990 — apontou inúmeras barreiras ao uso da Internet como ferramenta de trabalho pelos jornalistas norte-americanos. Entre elas, citam-se: bancos de dados governamentais não se mostraram satisfatoriamente confiáveis porque possuíam erros de informação; os profissionais

estavam, muitas vezes, despreparados para o desafio de analisar criticamente o conteúdo da grande quantidade de fontes *online*; temor de coletar informações deturpadas por *hackers*³; invasão de privacidade propiciada pela Internet, em algumas situações.

Lage (2003: 157) aponta dois obstáculos para a busca eficiente de informações na rede. O primeiro é o grande número de entradas irrelevantes que se obtêm durante a pesquisa. Outro entrave refere-se à confiabilidade, pois nem sempre é possível aferir se algo que está na Internet é verdadeiro, se é resultado de um trabalho sério, de mera especulação ou fantasia. Em caso de dúvida, de acordo com o autor, a melhor saída é identificar a instituição responsável pela página e verificar sua credibilidade.

Com relação a essa última barreira, Machado (2003: 25) diz que

a estrutura descentralizada do ciberespaço complica o trabalho de apuração dos jornalistas nas redes devido a (sic) multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento de notícias, espalhadas, agora em escala mundial. (...) Na medida que a arquitetura descentralizada do ciberespaço desarticula o modelo clássico, o exercício do jornalismo nas redes telemáticas depende do estabelecimento de critérios capazes de garantir a confiabilidade do sistema de apuração dentro de um entorno com as especificidades do mundo digital.

Toledo (2007a) alerta para a importância de se buscar por informações primárias na Internet, devido ao risco representado por algumas fontes.

Se vai se basear no Orkut, em blogs, em informações de segunda, terceira, quarta, quinta mão, aí realmente seu risco aumenta exponencialmente. Moral da história: procure sempre a fonte primária. Se a fonte primária para dizer se alguém tem ou não problemas com a Receita é a própria Receita, está no site da Receita. Não fique se baseando exclusivamente no que leu em um blog que disse que fulano tinha problema com a Receita. Vai lá e cheque.

³ Pessoas que invadem sites e alteram seu conteúdo.

3 - OBJETO DE ESTUDO: *ESTADO DE MINAS*

Todo aquele que tiver medo dos jornais e não conceber o papel que representam na civilização moderna, esse, qualquer que seja o seu espírito, não ama a liberdade, ou, o que vem a dar na mesma coisa, não a compreende. (Eduardo Lefebvre de Laboulaye)

3.1 - Metodologia

No que tange à metodologia empregada, esta pesquisa — que é do tipo aplicada, por aproveitar conhecimentos já disponíveis para solucionar o problema proposto — desenvolveu-se operando um estudo de caso sobre o jornalismo investigativo do *Estado de Minas*, objeto de estudo deste trabalho.

Dessa forma, utilizou-se a entrevista como técnica de coleta de dados. Foram consultados os cinco repórteres indicados pelo Editor-Executivo do *Estado de Minas* que mais produziram reportagens de cunho investigativo em seu dia-a-dia, já que não existe um núcleo específico de jornalismo investigativo no jornal. Para responder às perguntas, os entrevistados deveriam se basear na experiência que tiveram no *Estado de Minas* desde que a Internet foi disponibilizada internamente pelo periódico. A técnica requereu uma visita deste pesquisador à redação do veículo, em Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 de outubro de 2007. Como o número de profissionais de perfil investigativo na publicação é limitado, acreditou-se que a pesquisa do tipo quantitativa, com questionários fechados, não seria recomendável. Além disso, a entrevista pessoal e aberta permitiu ao pesquisador explorar melhor as respostas dos jornalistas.

A fim de complementar o trabalho, especialmente este capítulo e o dedicado ao uso do computador na prática jornalística, fez-se ainda no dia 26 de outubro de 2007, via *Skype*⁴, uma entrevista com o Coordenador de Cursos e Projetos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e especialista em Reportagem Assistida por Computador (RAC), José Roberto de Toledo [vide anexo 1]. Os dados obtidos com

⁴ *Software* que permite comunicação de voz e vídeo, gratuitamente e via Internet, entre usuários.

todas as entrevistas feitas para esta monografia foram interpretados por análise não-estatística (qualitativa).

3.2 - Marco teórico

Ao tomar o jornalismo investigativo como objeto de estudo, esta pesquisa escolheu a Teoria do Newsmaking — que em uma tradução livre significa “fazedores de notícia” ou “criação da notícia” — para compreender as peculiaridades dessa categoria jornalística em relação às demais. Essa Teoria da Comunicação, que trata das rotinas produtivas do trabalho jornalístico, foi considerada a mais apropriada para dar base à compreensão do jornalismo investigativo.

Na visão de Wolf (2002) sobre a comunicação de massa, transforma-se em notícia o fato que, depois de considerado adequado pela cultura profissional dos jornalistas, é suscetível de ser trabalhado pelo veículo de comunicação de modo a não alterar drasticamente o ciclo produtivo normal. Dessa forma, é noticiável aquilo que pode ser processado em tempo e com recursos limitados.

Segundo o teórico, outro ponto a ser destacado é que, na maioria das vezes, a apuração é feita entre fontes estáveis, como agências noticiosas e assessorias de imprensa. Trata-se, assim, de material jornalístico produzido por agentes externos à redação, que se encarrega apenas de receber e reestruturar o que será levado ao público como informação, de acordo com os valores-notícia⁵ relativos ao produto, ao formato e ao meio de comunicação.

A fase de recolha dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido. Isso leva, naturalmente, a que se privilegie os canais de recolha e as fontes que melhor satisfazem essa exigência: as fontes institucionais e as agências. (Wolf, 2002: 220)

Essas fontes estáveis constroem as notícias nos moldes desejados pelos veículos, que editam superficialmente o conteúdo do qual eles se consideram os autores, procurando acelerar o fluxo do fazer jornalístico. Desse modo, a estruturação da peça e o tamanho da notícia já vêm predeterminados, limitando-se os repórteres a fazer um simples ajustamento. A maneira como é recolhido o material liga-se à necessidade de rotinizar o trabalho, o que provoca redução das possíveis fontes de informação. “Hoje

em dia, de modo geral, a informação chega à redação sem maior esforço do profissional que deve, sobretudo, distinguir e selecionar do conjunto aquele rol de informações a serem transformadas efetivamente em noticiário.” (Hohlfeldt, 2001: 215)

O exemplo mais freqüente é a escolha dos despachos de agência e a sua publicação como notícias, apenas com modificações superficiais, estilísticas, ou acompanhadas de algum suporte visual. Desta forma, a estruturação da peça e o “corte da notícia” são, em larga medida, predeterminados na fase de recolha, limitando-se o jornalista a uma função de ajustamento marginal. (Wolf, 2002: 220)

Essas considerações ajudam-nos a distinguir o jornalismo investigativo e a tratá-lo como categoria jornalística autônoma, que está na contramão do fluxo predominante de informação. Começando-se pelas fontes, o jornalismo investigativo não utiliza sistematicamente as que são consideradas “estáveis”.

O tempo demandado pelo repórter investigativo para realizar suas matérias também não se enquadra no ritmo ditado pelo “fechamento diário”. Além disso, em oposição à preferência das redações por textos enxutos e superficiais, as reportagens investigativas são extensas por natureza, visto que necessitam de espaço para veicular todos os documentos e declarações que sustentem suas denúncias, por exemplo.

Portanto, o processo de construção da notícia identificado pela Teoria do Newsmaking — que se inicia com o envio por agências de material informativo ou *press-releases*, por assessorias de comunicação, para serem facilmente manuseados pelas redações dos veículos — não condiz com a rotina do jornalismo investigativo, que, por ser diferente, acaba ficando relegado a segundo plano pela maioria das organizações jornalísticas.

A maior parte das notícias é construída dentro de um quadro de expectativas estáveis, utilizadas para se coordenar a deslocação dos recursos existentes. (...) Uma das conseqüências mais relevantes da planificação é impedir um jornalismo de pesquisa ou de investigação. (Schlesinger apud Wolf, 2002: 240)

Souza (apud Pena, 2006: 132-3) aponta a ação do meio físico como uma das forças que interagem no processo de produção e difusão das notícias. Dessa forma, elas dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados na sua preparação. Atualmente, toda a forma de jornalismo aproveita-se das inovações tecnológicas.

⁵ Hohlfeldt (2001: 208) aponta valores-notícia como o conjunto de elementos e princípios que auxiliam os meios de comunicação e seus profissionais a avaliarem se determinado acontecimento merece ou não ser transformado em notícia.

Segundo Machado (2003: 22-3), as redes telemáticas são utilizadas de duas maneiras diferentes pelo sistema de produção do jornalismo nas sociedades contemporâneas. Na primeira, as redes são concebidas como ferramenta auxiliar para a elaboração de conteúdos nos meios clássicos (jornal, TV, rádio), que também utilizam métodos tradicionais de coleta de dados. Já na segunda, todas as etapas do sistema jornalístico de produção — da apuração à circulação dos conteúdos — ocorrem no universo do ciberespaço (jornalismo digital).

O primeiro modelo engloba o conceito de jornalismo assistido por computador, que permite o uso — como fonte — dos conteúdos das redes pelos meios convencionais. No caso específico do jornalismo investigativo, esse uso não provoca alterações radicais nas práticas dos profissionais envolvidos. A Internet aprimora as reportagens, já que a grande massa informacional disponibilizada pela rede é aproveitada, mas as informações digitalizadas em nenhum caso substituem totalmente as fornecidas por suas fontes tradicionais, isto é, fontes primárias humanas e documentais. Caso isso ocorresse, a categoria jornalística aqui discutida desapareceria, sendo inserida na lógica produtiva identificada pela Teoria do Newsmaking, que privilegia as fontes estáveis e de mais fácil acesso.

3.3 - O jornal

Segundo Magalhães (2007: 63), o veículo escolhido para a análise é, desde a sua criação, o periódico de maior consistência e longevidade no estado de Minas Gerais. Fundado em 1928 pelos jornalistas Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo, foi incorporado um ano mais tarde aos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand. Integrando atualmente o grupo “Associados Minas”, o jornal lidera, há bastante tempo, o mercado mineiro de jornais diários, tendo circulação de 75 mil exemplares de segunda a sábado, e de 128 mil aos domingos, segundo dados divulgados pelo próprio veículo em 2004.

Em janeiro de 2005, 186 jornalistas trabalhavam para o *Estado de Minas*, entre os pertencentes ao quadro fixo em Belo Horizonte e representantes da publicação em cidades do interior de Minas Gerais e Brasília. A direção do veículo optou por não fornecer a esta pesquisa dados atualizados referentes ao quadro de pessoal e à tiragem, por considerá-los “estratégicos”.



Figura 2 – Fachada do edifício Pedro Aleixo, situado na zona sul de Belo Horizonte e onde funciona a redação do *Estado de Minas*.

O processo de informatização do *Estado de Minas* teve início no final da década de 1980. Já a implantação da Internet ocorreu de forma gradual entre 1997 e 2002. No começo, eram poucos os terminais conectados à rede. Mais tarde, todos os profissionais passaram a acessar a Internet a partir de qualquer computador da redação.



Figura 3 – Vista parcial da redação do *Estado de Minas*.

França (apud Magalhães, 2007: 64) afirma que, no que diz respeito à linha editorial, o *Estado de Minas* procura ser um reflexo do que é a sociedade mineira, tradicional e conservadora, no tocante à moral. Tal característica se manifestaria na própria narrativa do periódico. Ainda sobre a política editorial, outra peculiaridade é a defesa de valores como a liberdade de expressão, a verdade e o comprometimento com os interesses de Minas Gerais.

No final da década de 1980, o *Estado de Minas*, que até então tinha uma posição hegemônica no jornalismo impresso mineiro, passou a sentir mais intensamente a concorrência de outros veículos (como os jornais *Hoje em Dia* e *O Tempo*) e a buscar por mudanças para seus aspectos negativos — como a crítica dos próprios leitores de que praticava um jornalismo institucional que colabora com as fontes quando o poder está em jogo.

Entre as várias medidas implementadas, destacaram-se novas orientações editoriais, que incluem a opção por um jornalismo mais analítico e investigativo. Atualmente, a maior parte dos jornalistas com perfil investigativo produz reportagens para os variados cadernos do veículo. Cada um desses profissionais tem seu próprio computador conectado à Internet, que funciona como uma ferramenta durante a execução de matérias investigativas. Todavia, convém salientar, não há no jornal um

consenso do que vem a ser esse tipo de reportagem, até porque o manual de redação do *Estado de Minas* não faz nenhuma conceituação relacionada.

3.4 - Análise de entrevistas

Durante a visita de dois dias à redação do *Estado de Minas*, entrevistamos os jornalistas que mais lidaram com reportagens de cunho investigativo nos últimos anos, a fim de verificar como tem sido o uso da Internet no decorrer da realização destas. Foram eles: Maria Clara Prates Santos, Bernardino Furtado Carvalho e Lucas Castro Figueiredo (repórteres especiais lotados na editoria de Política/Nacional/Internacional); Sandra Amorim de Castro Kiefer de Oliveira (repórter de Economia); e Cristiana Andrade (ex-repórter do caderno *Gerais*, no qual recentemente se tornou subeditora).

Ao longo das conversas, utilizamos um roteiro constituído de oito perguntas básicas [vide anexos 2, 3, 4, 5 e 6] que foram feitas a todos os jornalistas consultados, o que não nos impediu de fazer questionamentos extras e específicos em cada entrevista.

A primeira pergunta dizia respeito ao tipo de site que tem se mostrado mais relevante para a execução de reportagens investigativas. De um modo geral, todos responderam que as diferenças de pauta fazem com que não se tenha um perfil para as páginas mais acessadas. Para Maria Clara Prates, há 19 anos atuando no *Estado de Minas*, “vai depender do que se quer na matéria. (...) Trabalha-se o site de acordo com a demanda. (...) Mas que hoje esses sites são fundamentais, são. Desde os governamentais até esses sites produzidos pela sociedade”. Mesma opinião tem o repórter especial Bernardino Carvalho:

eu não uso site específico. Busca é o comum, que é o *Google*, o mais usado. Os outros são sites que eventualmente eu preciso em meu trabalho. Eu não uso sistematicamente nenhum site de informação. São sites de jornais, portais. Se eu estou fazendo um trabalho específico, vou entrar, procurar páginas na Internet que estão relacionadas com aquele assunto. Eu não uso sistematicamente nenhum, até porque eu não tenho uma especialização no meu trabalho.

Toledo (2007a) também acredita que seja difícil determinar quais tipos de site são consultados com mais freqüência pelo jornalista que está incumbido de produzir uma reportagem investigativa.

Depende muito. Depende da editoria que se trabalha, depende do tipo de assunto do qual se quer escrever a respeito. Realmente, não dá para dizer que existe um site que vale para todo mundo. O que dá para dizer é: quem cobre política vai usar com freqüência as informações de alguns sites de referência,

por exemplo, o site do Tribunal Superior Eleitoral. O banco de dados dele é muito bem organizado, com os bens dos candidatos e doações e gastos de campanha.

Já a repórter Sandra Kiefer arrisca indicar os sites que acessa com mais constância em seu trabalho.

Número um, *Google*. Especialmente a ferramenta *Google Notícias*, que mostra pra gente as notícias dos últimos 30 dias. Vem não só a informação com a palavra que se quer, como o que foi publicado nos jornais nos últimos 30 dias. Tem-se informação atualizada do que está rolando na imprensa nesse período. E outros, como o site da Receita, onde se olha CPF. Claro, os sites de todos os tribunais. E sites dos grandes jornais em geral: *Uol*, *Folha Online*, *Estadão*, *O Globo*, *o GI*. Para a matéria investigativa, às vezes pega-se uma coisinha de uma nota que saiu numa coluna do *O Globo*, aí complementa com o histórico. E se vai montando um quebra-cabeça com esses dados todos. Esses sites ajudam demais.

Toledo (2007a) salienta a importância e as limitações dos sites de busca, ferramentas que foram corriqueiramente citadas pelos jornalistas do *Estado de Minas* nas entrevistas:

embora os sites de busca não consigam buscar mais do que 30% da Internet, ou seja, 2/3 da Internet estão além da capacidade dos sites de busca, é imprescindível que o jornalista conheça os caminhos para alcançar esses outros 2/3 da Internet invisível, ainda assim os sites de busca têm um peso muito importante. Desde que se saiba também como manuseá-los, porque como se faz uma busca e obtém um milhão de respostas, não é exatamente um filtro que se aplicou. Mais complicou do que facilitou a sua vida. Então, é preciso saber como usar esses sites de busca, para limitar as respostas mais próximas possíveis daquilo que se está procurando.

Os profissionais do jornal analisado foram questionados se a rede tem sido útil para a obtenção de pautas investigativas. Não houve consenso nas respostas. Maria Clara Prates, por exemplo, acha que não seja pauta: “o que tem que pautar o repórter são as fontes dele, é o factual e a capacidade de discernimento do que dá uma boa matéria ou não”. Cristiana Andrade, por sua vez, diz que “ela [a rede] pode te dar uma sugestão de pauta e, dali, se desfiar uma história, alguma coisa mais interessante”. Posicionamento semelhante tem Lucas Figueiredo⁶, para quem a Internet é uma rica fonte de pautas:

⁶ É autor de três livros-reportagem: “Ministério do silêncio”, sobre o serviço secreto nacional; “Morcegos negros”, em que esmiúça o Esquema PC Farias; e “O operador”, no qual expõe os primeiros passos do publicitário Marcos Valério na corrupção. As obras foram publicadas pela editora Record entre 2000 e 2006.

o que é a Internet? O que ela propiciou? Uma quantidade de informação infinitamente maior do que se tinha anteriormente. Tinha-se jornal, revista, escutava rádio, procurava ler um outro jornal de fora, uma revista diferente e tudo mais. E, hoje, tem-se o mundo na tela da Internet. Eu tenho as minhas fontes de informação colocadas ali, no Favoritos — alguns sites e blogs — e isso propicia, sim, muita pauta.

O repórter faz questão de enfatizar que não concorda com a classificação “reportagem investigativa”. Para ele, esta nomenclatura foi empregada como estratégia de *marketing* pelos veículos que desejavam chamar a atenção do seu público-alvo para materiais mais aprofundados, que demandaram maior trabalho para serem preparados.

Os entrevistados foram indagados, também, se é comum acessarem sites estrangeiros durante a realização de reportagens investigativas. Em linhas gerais, eles demonstraram que isso não é muito freqüente e que depende da situação. De acordo com Lucas Figueiredo, páginas internacionais são consultadas quando a matéria possui um “gancho” no exterior e, normalmente, a partir de sites de busca:

se eu estou fazendo um perfil sobre você, jogo seu nome no Google, o que acontece? O que eu costumo fazer com a Internet? Sempre que estou investigando alguma coisa, eu coloco aquilo no Google e vou depurando, depurando, depurando. Aquilo me leva a caminhos infinitos, muitas vezes me leva ao exterior. Mas, aí, é um caminho que não sou eu que traço, falar “agora eu vou num site do exterior que tenha alguma coisa sobre a universidade de Viçosa”. Se não tiver, não vou; se tiver, eu vou.

Sandra Kiefer lembra uma reportagem sobre contrabando de diamantes que envolvia Minas Gerais [vide anexo 7], para a qual um site americano foi muito importante.

O MTB Bank, por exemplo, ajudou muito a gente no cruzamento de remessas de dólares para fora, para paraísos fiscais. Era um banco que foi fechado lá fora por estar envolvido com lavagem de dinheiro. Basicamente, todas as falcatruas que existiam por aqui tinham passagem pelo MTB Bank. A gente conseguiu o banco de dados deles e quase todo mundo que estava lá dentro tinha algum “rolo”, que você conseguia pegar, pelo menos, as remessas de dólares dos doleiros para fora.

Quando à possibilidade de a Internet ser útil para a localização e contato com fontes, os profissionais do *Estado de Minas* disseram que a rede tem os auxiliado nessa tarefa, mas que há limites. Segundo Lucas Figueiredo,

tem-se hoje o site Telelistas.net, que é uma lista telefônica do Brasil inteiro. Mesmo, por exemplo, um policial suíço que eu estava procurando agora, eu consegui o telefone dele na lista telefônica da Suíça. Quer dizer, isso eu só posso fazer com a Internet. Ou, então, vou ter que ir na Embaixada, procurar a lista telefônica... Na Internet, demora cinco minutos para se fazer isso. (...) Tem também o e-mail, que é uma ferramenta sensacional. Muitas vezes, por exemplo, eu faço um e-mail comum e mando para trinta pessoas. Isso diminui muito o meu trabalho.

Cristiana Andrade — para quem a Internet ajuda no contato com fontes em qualquer tipo de matéria — relembra o caso da fraude na licitação do lixo da capital mineira [vide anexo 7], em que a rede foi muito útil nesse sentido: “no ano passado, eu desenvolvi um material sobre o lixo aqui de Belo Horizonte. Eu fiquei seis meses apurando uma matéria, que era investigativa. Eu descobri um cara na Internet (...) que era um especialista em fraudes de lixo no Brasil”.

Para Maria Clara Prates a Internet apóia, mas as formas de contato tradicionais continuam sendo importantes:

antes da Internet eu era jornalista. Como a gente fazia? Se precisava falar com uma pessoa na China, a gente ligava lá para a Embaixada, via se tinha alguém que podia atender a gente, com jeito, nisso uma pessoa indicava outra pessoa... Você chegava. O jornalismo não nasceu depois da Internet e nem perdeu as características básicas dele porque tem Internet.

Acerca das circunstâncias e da forma como procedem à checagem de uma informação obtida via Internet, os jornalistas do *Estado de Minas*, de um modo geral, disseram que confiam nos dados disponibilizados por sites governamentais. Sandra Kiefer, por exemplo, diz que acredita “porque é bem criterioso. A gente confia”. Já Cristiana Andrade assegura que, normalmente, faz a checagem mesmo quando a informação vem de uma página pública e oficial, a menos que seja um site em que tenha muita confiança:

por exemplo, às vezes eu pego um dado do SUS, que está lá no Datasus, que é no site do Ministério da Saúde. Eu confirmo o dado na assessoria de imprensa deles, porque você tem que confirmar, não tem como. A gente não sabe quem pôs aquele dado. É o dado oficial do Ministério, mas alguém pode ter digitado errado. Normalmente, eu ligo para a fonte ou para o órgão. (...) Às vezes, não é para toda matéria. Num site como o do IBGE, os dados que estão lá são para pesquisa. Tem áreas do site do IBGE que são para estudantes. Então, aí, é uma coisa de confiança. Eu tenho uma confiança naquele site maior do que, por exemplo, no site do Datasus.

Para Toledo (2007a),

se a informação vem de um site público, oficial, governamental, é como se fosse um documento. Vamos supor: tenta-se pegar uma certidão negativa de débitos federais de um político, mas não consegue. O site da Receita te dá uma mensagem, dizendo que essa pessoa tem que comparecer à Receita para prestar mais esclarecimentos, tirar dúvidas. Se publicar isso e a pessoa contestar, pode-se dizer que é uma informação oficial, que está no site da Receita. Pode até ser que esteja errada, mas como é que vou checar? É muito mais difícil.

Quando se trata de uma página particular, os jornalistas do *Estado de Minas* declararam que recorrem às formas de checagem convencionais, como o telefonema. Entretanto, de qualquer forma, alguns têm muito receio de utilizar informações originadas desses sites. De acordo com Cristiana Andrade,

só tenho aquilo como uma base. Não se usa aquela informação. Até porque, é difícil usar uma informação *ipsis litteris* da Internet. Bom, aí vai variar de profissional para profissional. Eu não sou uma pessoa que usa. O risco que se tem de escorregar numa informação dessa é muito alto.

Sandra Kiefer conta que

tem que checar. Não dá para sair publicando coisa da Internet, ainda mais envolvendo uma denúncia de alguém. Eu só faço coisa que eu tenha prova, e a Internet para mim não é prova. Eu tenho que ter prova material. Até porque, já fui processada. Todo mundo que fez matéria investigativa já foi processado. Eu tenho que ter ali, prova. Porque eu fui processada, mas absolvida de todos os processos. Tenho tudo documentado.

Essa postura precavida dos repórteres se enquadra em um dos itens do código de ética do jornal, que consta no manual de redação e diz que

o jornal rejeita atitudes de prejulgamento. Dossiês, mesmo quando carregados de verdades aparentes, são apenas pistas para uma adequada investigação. Não são matéria para edição. Um mínimo senso de justiça exige que, mesmo no mapeamento de um suposto delito, se proceda com cautela, sem considerar como certo o que é apenas uma possibilidade. (Estado de Minas, 2001: 161)

O coordenador de cursos e projetos da Abraji, por sua vez, pensa que é possível adquirir confiança em um determinado site mediante o tipo de experiência que se tem com ele.

Técnica para saber se é confiável ou não, é exatamente a mesma técnica que se usa para saber se uma fonte humana é confiável ou não. Você vai fazer um primeiro contato, vai testar, checar essa informação com outras fontes, para ver se bate. E, a partir daí, desenvolver uma relação de confiança ou de desconfiança, vai descartar essa fonte, ou usar apenas para checar informações de terceiros ou vai usar como uma fonte primária. Isso depende exatamente da

constância com que se frequenta esses sites com os quais você faz consultas. (Toledo, 2007a)

As respostas dos profissionais entrevistados indicaram que é menos comum fazer o caminho inverso, isto é, testar na Internet a autenticidade de um dado obtido de outro modo. Segundo Sandra Kiefer, são “especialmente coisas bobinhas: uma data, a grafia de um nome, de uma empresa. ‘MTB Bank’. Está em dúvida como é que escreve? Vai lá, entra no site do MTB Bank e confere a grafia. Isso ajuda demais. Como é que se fazia isso antes, eu não sei”.

Nenhum repórter entrevistado afirmou já ter participado de treinamento formal para aprender a aplicar técnicas avançadas de pesquisa na Internet, enquanto funcionário do *Estado de Minas*. A maioria considera importante a iniciativa de participar, como Lucas Figueiredo, que comenta: “tem muita gente da redação que não sabe trabalhar com Internet, não sabe trabalhar com ferramenta de busca. Não sabe colocar aspas, interrogação. Isso acontece demais, muito. Então, eu acho que é válido sim”. Cristiana Andrade confessa:

tenho dificuldade. Às vezes, fico horas para procurar uma informação, um dado. Outro dia, eu estava fechando uma matéria e precisava saber a distância de Porto Alegre a Belo Horizonte. Aparentemente era uma informação fácil de se conseguir na Internet, mas não é. Eu fiquei uns quinze minutos procurando.

Contudo, na opinião de Bernardino Carvalho, a ausência desse tipo de treinamento não fez falta para o seu dia-a-dia como repórter especial:

acho que isso é uma coisa muito especializada. (...) Consegue-se muito mais profundidade fazendo um trabalho pela maneira convencional. Eu vejo investigação de outra forma. Investigação é entrevistar, ler, conhecer o assunto, ouvir o máximo de fontes possível, o que sempre se fez no jornalismo. A Internet é para mim apenas uma ferramenta de trabalho, nada mais. Não existe uma entidade Internet para mim no nosso trabalho.

Questionados como resumiriam o papel da Internet em seu trabalho de execução de uma reportagem investigativa, os jornalistas do *Estado de Minas* evidenciaram, em graus de uso e satisfação diferentes, que ela tem sido uma ferramenta importante. Para Sandra Kiefer, “imprescindível. Eu não sei como a gente fazia jornalismo antes da Internet, não só a reportagem investigativa mas toda reportagem. Em termos de informação, é uma ‘mão na roda’, inventaram a roda de novo”. Entretanto, todos fizeram questão de enfatizar que as fontes tradicionais são insubstituíveis.

A internet, leitura de jornal, literatura, está tudo no mesmo patamar. O sujeito que não lê um livro e fica o dia inteiro dependurado na Internet não vai conseguir processar aquela informação. Eu talvez consiga processar porque eu leio mais. (...) Tem muita gente que abre aquilo tudo e fala: e agora? O que é bom? Isso porque não tem uma informação de *background*. Ela é mais uma fonte de informação, mas eu não acho que ela, por si só, já faça o jornalismo, que é uma reunião de muitas coisas. (Lucas Figueiredo)

Fundamental, como um banco de dados mesmo. Mas ela [a Internet] não substituiu nada que tem que fazer o repórter no seu dia-a-dia. Ela pode ter criado mais agilidade para a gente. Às vezes, não se precisa sair daqui para fazer uma pesquisa em todos os diários da Prefeitura. Então, ela me permite uma pesquisa mais rápida dentro do próprio jornal. (...) Por outro lado, não se está dispensado de fazer a checagem de todos aqueles dados que se tem. É um instrumento importantíssimo, mas ele, sozinho e se não somar outras coisas do jornalismo que existiam antes da Internet, não funciona. (Maria Clara Prates)

Para finalizar a conversa, pedimos a cada profissional entrevistado do *Estado de Minas* que comentasse pelo menos um exemplo de reportagem investigativa — que produziu pelo jornal — e em que a Internet tivesse sido importante como fonte de informação [vide anexo 7]. Algumas matérias que já haviam sido lembradas em outras respostas foram suprimidas aqui. Maria Clara Prates optou por não citar nenhum caso porque, para ela,

não tem uma reportagem investigativa que não se use a Internet. Não existe. O tempo que se está no jornal a Internet fica ligada. Está misturado, está dentro do trabalho. Não existe uma reportagem que eu tenha feito que eu não tenha pesquisado na Internet. Todas eu fiz.

Tem a reportagem sobre o livro secreto do exército⁷. Tratava-se de um livro de 960 páginas, aproximadamente, e que citava 1500 pessoas. O que me interessava ali eram as histórias dos mortos e desaparecidos políticos, que são cerca de 380 no Brasil. Eu tinha que ler o livro e, a cada referência a um morto ou desaparecido, eu precisava da história desse sujeito. Isso tudo eu já tinha na Internet, eu tive acesso aos processos oficiais dessas pessoas na Internet. Se não tivesse usado a Internet, eu demoraria um ano para fazer essa matéria, que eu consegui fazer em três meses. Não só na Internet, mas ela foi fundamental, porque o processo de qualquer morto ou desaparecido político no Brasil está na Internet. (Lucas Figueiredo)

O Colégio Promove estava para ser fechado aqui, em Belo Horizonte. Os caras queriam fechar, pegar o dinheiro para eles e “dar o tombo” nos professores e alunos. O que eles fizeram? Abriram uma conta lá no Uruguai, aí eu entrei nas páginas, tentei achar alguma coisa. Pelas palavras-chave, no *Google*, vai-se navegando, tentando achar. (Sandra Kiefer)

Um cara, que era terceirizado da Caixa, estava revoltado. Apesar de ter feito concurso, eles não o efetivaram no cargo. Então, ele mandou para mim a reprodução da tela do sigilo bancário do presidente da República. Isso, ele me mandou por e-mail. (Sandra Kiefer)

⁷ Matéria finalista do Prêmio Esso de Reportagem, em 2007.

Tem um caso que eu, particularmente, trabalhei em cima de um material que era sobre drogas sintéticas no Brasil, com uma outra colega que hoje não está mais conosco e que está no *Correio Braziliense*, que é a Fernanda Odilla. Nós partimos de uma conversa com uma pessoa que eu conheço, daqui de Belo Horizonte, que usava droga sintética. Aí, a gente achou o tema interessante e fomos para a Internet. Primeiro, para entender o que eram aquelas drogas. Então, a gente buscou aquela nomenclatura, tipo “qual é o princípio básico do ecstasy”, por exemplo. Com essa busca na Internet, a gente foi puxando uma história. A gente conseguiu encontrar sites na Internet, não só brasileiros como internacionais, que comercializavam esses produtos para o Brasil e do Brasil para o exterior. Isso rendeu um trabalho muito interessante, uma matéria especial, que até inclusive a Polícia Federal chegou num determinado momento a nos chamar para um depoimento, para saber quais eram esses sites, como que nós chegamos até eles, e foi tudo meio que na intuição da Internet, na busca mesmo. (...) A gente conseguiu publicar no jornal as páginas da Internet onde tinha essas drogas. (Cristiana Andrade)

4 – CONCLUSÃO

Nas considerações finais desta monografia, é conveniente retomar a idéia do papel do jornalista. O que se espera do trabalho do profissional da imprensa? O repórter é uma testemunha da história, que tem a obrigação tácita de estar aonde o público não vai e de transmitir aquilo que é de interesse coletivo. Trata-se de uma função aparentemente simples, mas de grande complexidade na prática.

Nem tudo o que de alguma maneira diz respeito ao leitor, ouvinte ou telespectador é, em uma primeira vista, notícia. Desse modo, exige-se que o jornalista seja alguém inconformado, inquieto, desconfiado, que não se acomode diante da “verdade aparente” das coisas. Missão, sem dúvida, difícil.

Colocando seu faro jornalístico à prova, o repórter descobre uma anormalidade, que pode estar ocultada ou passando despercebida. Assim, movido muitas vezes pela paixão ao seu ofício e pela vontade de fazer algo mais importante para a sociedade, ele sai à caça do que precisa: recorre às fontes primárias, revira documentos, põe em prática métodos pouco ortodoxos de se obter informações, dedica semanas ou meses de trabalho à apuração de um único caso. Entra em cena o jornalismo investigativo.

Esta categoria jornalística não deve ser vista de maneira estereotipada, como um tipo de jornalismo que foi criado, simplesmente, para dar mais *status* a um grupo de profissionais ou para seduzir uma fatia maior do público. O jornalismo investigativo existe e pode ser exercido por qualquer veículo que queira ir mais fundo nos fatos, apresentando um material melhor que o de seus concorrentes.

Como apontou esta pesquisa, a reportagem investigativa na atualidade também se aproveita das comodidades proporcionadas pela Internet. A rede mundial está entranhada no trabalho das redações, sendo uma ferramenta indispensável — assim como o telefone e o gravador — para a execução de qualquer tipo de reportagem. Entre os principais benefícios, estão a ampliação do número de fontes, a possibilidade de conseguir dados que no passado requeriam longos deslocamentos e a facilidade de acesso a provas documentais.

Mas é preciso que se façam algumas ressalvas. A pesquisa na Internet, como qualquer outra técnica de RAC, não funciona sozinha. Ninguém conseguirá fazer uma matéria que mereça a denominação de reportagem investigativa apenas “conversando” com uma máquina. As formas tradicionais de investigação (entrevistas, leituras diversas, observação direta da realidade etc.) persistem e são essenciais, insubstituíveis no trabalho de todo jornalista investigativo. O que a Internet vai fazer na verdade é dar mais agilidade e, dependendo da situação, autonomia ao repórter.

Além de saber que a pesquisa virtual é apenas um auxílio, o profissional deve ter consciência que a maioria das informações disponíveis na rede não apresentam qualidade e não dispõem da confiabilidade necessária para serem usadas nas reportagens. Isso justifica a importância de as empresas de comunicação promoverem cursos para que seus funcionários estejam aptos a capturar, com eficiência, dados credíveis na Internet. As faculdades de jornalismo também precisam preparar seus estudantes para essa tarefa.

O que dizer do uso da rede, enquanto fonte de informações, pelos jornalistas de perfil investigativo do *Estado de Minas*, como pretendeu este trabalho? A Internet está no cotidiano de todos eles. O que se percebe é que cada um tem um modo muito particular de ver e usá-la. Mas é possível tirar algumas conclusões. A primeira delas é que esse uso pode ser aprimorado, desde que esses profissionais conheçam melhor as potencialidades da Internet, além de técnicas mais avançadas de pesquisa no ciberespaço.

Constatou-se, também, que os repórteres com maior tempo de profissão são mais céticos quanto ao potencial da Internet, porque vêm de uma época em que era necessário “suar a camisa” para obter praticamente toda informação. Os profissionais que ingressaram há menos tempo no mercado, por sua vez, demonstraram claramente que vêem a Internet como uma grande aliada na produção da reportagem. Os jornalistas da geração mais antiga, por exemplo, não acreditam que a Internet possa os auxiliar na elaboração de pautas investigativas. Em um ponto, porém, todos concordam. A Internet tornou mais rápida e eficiente a tarefa de localizar fontes humanas para as reportagens, embora as formas convencionais de contato ainda estejam funcionando, obviamente.

Como os jornalistas entrevistados - embora lotados em alguma editoria - não produzem matérias investigativas com temáticas específicas, observou-se que eles não utilizam sistematicamente nenhum tipo de site, com exceção dos de busca, que os levam a páginas nacionais e internacionais, tanto públicas quanto privadas. O que não significa, necessariamente, que usam todas as informações encontradas.

Basicamente, todos os repórteres consultados disseram que confiam nos sites governamentais e que agem com prudência diante de informações de páginas particulares. Poderíamos afirmar que esta é a postura ideal? Pelo seu caráter sigiloso em algumas situações, nem sempre é possível checar a informação disponibilizada por um site governamental. A assessoria de imprensa da Receita Federal não se prestará a confirmar se a situação de um político no órgão é regular ou não. Entretanto, quem garante que aquele dado é absolutamente verdadeiro? E se for de interesse de alguém esconder a informação original? Se até uma página oficial e de origem pública pode conter imprecisões, fica claro que qualquer profissional da imprensa que lide com a Internet precisa ter atenção redobrada com o que lê na tela do computador.

Essa constatação corrobora a importância de uma outra postura adotada pelos repórteres do *Estado de Minas*, que é reconhecer que as formas tradicionais de pesquisa continuam sendo indispensáveis. Afinal, nenhuma tecnologia foi ou será capaz de substituir um único homem bem informado.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Abraji). *Curso de RAC: Reportagem com Auxílio do Computador*. São Paulo: 2007.

BISTANE, Luciana. BACELLAR, Luciane. *Jornalismo de TV*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-71.

BALDESSAR, Maria José. Apontamentos sobre o uso do computador e o cotidiano dos jornalistas. Online: disponível na Internet via <http://hdl.handle.net/1904/4347>. Arquivo consultado em 08 de outubro de 2007.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 719p.

DIMENSTEIN, Gilberto. KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus, 1990. 99p.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4 ed. amp. e atual., com um apêndice sobre a questão do diploma. São Paulo: Summus, 1986. 157p.

ESTADO DE MINAS. *Manual de redação*. Belo Horizonte: [s. n.], 2001. 192p.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2003. 120p.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005. 125p.

HENRIQUES, Claudio Cezar. SIMÕES, Darcília Marindir P. (orgs.) *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. 3 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 77-118.

HOHLFELDT, Antonio. “Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação.” In: HOHLFELDT, Antonio. MARTINO, Luiz C. FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 187-240.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 189p.

MACEDO, Danilo Rodrigues de Queiroz. *Notícias de bastidores: o relacionamento entre repórteres e fontes no jornalismo político em Brasília*. Viçosa, MG: Monografia de Projetos Experimentais em Jornalismo (UFV), 2006.

MACHADO, Elias. *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003. 183p.

MAGALHÃES, Evaldo Fonseca. Os jornalistas do “Estado de Minas” e o uso da internet como fonte de pesquisa no trabalho. Online: disponível na Internet via <http://evaldomagalhaes.tripod.com/dissertacao.pdf>. Arquivo consultado em 08 de outubro de 2007.

MEYER, Philip. *A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1989, 362p.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. 235p.

PINHO, José Benedito. *Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line*. São Paulo: Summus, 2003. p. 31-111.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005. 197p.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Summus, 1991. 155p.

TOLEDO, Camila Ferraz Martos de. BARBOSA, Raíssa Abdalla. ZALESKI, Sula de Castro et. al. *Jornalismo investigativo e sua substituição pela prática declaratória*. CD-ROM. São Paulo: Intercom, 2007.

TOLEDO, José Roberto de. Entrevista via *Skype*. 26/10/2007(a).

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 7 ed. Lisboa: Presença, 2002. 271p.

ANEXOS⁸

⁸ Com relação às entrevistas realizadas para esta monografia, foram transcritos e anexados os trechos de relevância para a pesquisa.

Anexo 1

Entrevista – José Roberto de Toledo

Função: um dos pioneiros da RAC no Brasil e um dos fundadores da Abraji, onde coordena cursos e projetos voltados para veículos de comunicação e cursos de jornalismo. Atualmente também dirige a PrimaPagina, uma produtora de conteúdo *online*. Formado há 23 anos em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), trabalhou por 13 anos no jornal *Folha de S. Paulo* e foi editor-chefe do *Jornal do Terra*, entre 2002 e 2006.

1) Como você avalia a difusão da RAC no Brasil atualmente?

A gente está vivendo um momento de expansão das técnicas de reportagem com auxílio do computador, que é uma coisa positiva. Embora isso tenha acontecido com muito atraso, se a gente for comparar, por exemplo, com o que acontece nos Estados Unidos há 30 anos. Esse momento que a gente está vivendo é muito importante, porque é um momento de transformação das redações. A gente vê isso acontecer não só nas grandes redações, mas também em veículos não tão tradicionais.

2) Como tem sido seu uso pelos grandes jornais?

A RAC começou na *Folha*, no Brasil, há mais de dez anos, em 1995. Foi o jornal que mais soube aproveitar, nos primeiros anos, essas técnicas e meio que reinou sozinho durante mais de cinco anos, até 2003. (...) Foi só a partir da criação da Abraji que essas técnicas realmente passaram a se difundir no Brasil e ganhar as outras redações. Hoje em dia, a *Folha* tem uma grande competição com *O Globo*, que encampou institucionalmente promovendo cursos periódicos para a sua equipe, para capacitá-la a fazer reportagem com auxílio do computador. E, também, pessoas da equipe do *O Globo* assumiram pessoalmente essa missão de aproveitar as técnicas de RAC mais próximas do gênero. Isso está rendendo muitos frutos e muitos prêmios.

3) Qualquer reportagem que utilizou informações extraídas da Internet pode ser considerada uma reportagem assistida por computador ou ela requer sempre uma pesquisa avançada?

A gente não deve tentar classificar matérias dizendo “isso é uma matéria de RAC” ou “isso não é uma matéria de RAC”, porque a tendência é cada vez mais essa fronteira ficar diluída. Talvez fique mais difícil daqui para frente você dizer “essa matéria não teve ajuda do computador”. Porque é um instrumento que está cada vez mais presente na vida de todo mundo, especialmente da gente, jornalista.

4) E se esses dados forem utilizados somente durante a concepção da pauta? Ainda assim trata-se de uma reportagem assistida por computador?

É inadmissível hoje em dia você partir para fazer uma matéria e não pesquisar na Internet para saber, pelo menos, o que já saiu publicado sobre aquele assunto e, eventualmente, dependendo das suas habilidades e tempo, aprofundar essa pesquisa na própria Internet, obtendo dados confiáveis.

5) Quais tipos de sites são consultados com mais frequência pelos repórteres para produzir uma reportagem investigativa?

Depende muito. Depende da editoria que você trabalha, depende do tipo de assunto do qual você quer escrever a respeito. Realmente, não dá para dizer que existe um site que vale para todo mundo. O que dá para dizer é: quem cobre política vai usar com frequência as informações de alguns sites de referência, por exemplo, o site do Tribunal Superior Eleitoral. O banco de dados dele é muito bem organizado, com os bens dos candidatos e doações e gastos de campanha. (...) Embora os sites de busca não consigam buscar mais do que 30% da Internet, ou seja, 2/3 da Internet estão além da capacidade dos sites de busca, é imprescindível que o jornalista conheça os caminhos para alcançar esses outros 2/3 da Internet invisível, ainda assim os sites de busca têm um peso muito importante. Desde que você saiba também como manuseá-los, porque como você faz uma busca e obtém um milhão de respostas, não é exatamente um filtro que você aplicou. Você mais complicou do que facilitou a sua vida. Então, você precisa saber como usar esses sites de busca, para limitar as respostas mais próximas possíveis daquilo que você está procurando.

6) O que diferencia a pesquisa na Internet para uma reportagem investigativa e para outra convencional?

Se há uma coisa de interesse público que não foi revelada — seja porque alguém tem interesse que essa coisa não seja revelada ou porque ninguém se deu conta — e que você consegue descobrir, embasar e publicar, isso sim merece o título de reportagem investigativa.

7) Cite exemplos de técnicas ou recursos que podem ser empregados pelos jornalistas para que eles obtenham um dado relevante e confiável, na rede.

Primeiro é conhecer onde estão os bancos de dados online, a começar por aqueles da sua especialidade. Então, se você trabalha na área judicial, jurídica, você precisa conhecer com profundidade os sites dos tribunais superiores, do STF, do STJ, dos tribunais de justiça dos estados, dos tribunais regionais federais, saber o que você pode encontrar lá, o que você não pode encontrar. (...) Técnica para você saber se é confiável ou não, é exatamente a mesma técnica que você usa para saber se uma fonte humana é confiável ou não. Você vai fazer um primeiro contato, vai testar, checar essa informação com outras fontes, para ver se bate. E, a partir daí, desenvolver uma relação de confiança ou de desconfiança, vai descartar essa fonte, ou usar apenas para checar informações de terceiros ou vai usar como uma fonte primária. Isso vai depender exatamente da constância com que você frequenta esses sites com os quais você faz consultas. (...) Se a informação vem de um site público, oficial, governamental, é como se fosse um documento. Vamos supor: você tenta pegar uma certidão negativa de débitos federais de um político, mas não consegue. O site da Receita te dá uma mensagem, dizendo que essa pessoa tem que comparecer à Receita para prestar mais esclarecimentos, tirar dúvidas. Se você publicar isso e a pessoa contestar, você pode dizer que é uma informação oficial, que está no site da Receita. Pode até ser que esteja errada, mas como é que vou checar? É muito mais difícil. Agora, se você vai se basear no Orkut, em blogs, em informações de segunda, terceira, quarta, quinta mão, aí realmente seu risco aumenta exponencialmente. Moral da história: procure sempre a fonte primária. Se a fonte primária para dizer se alguém tem ou não problemas com a Receita é a própria Receita, está no site da Receita. Não fique se baseando exclusivamente no que você leu em um blog que disse que fulano tinha problema com a Receita. Vai lá e cheque. (...) Eu não digo que é uma complementação, porque muitas

vezes a RAC pode ser usada como a primeira coisa. Você não conversou com ninguém, não falou com ninguém, está sem nenhuma pauta e de repente começa a fazer uma pesquisa numa base de dados ou na Internet, descobre um assunto relevante, a partir daí começa a levantar mais informações sobre aquilo, consolida uma pauta e vai fazer o jornalismo tradicional, entrevistando pessoas, buscando personagens. Em suma, não muda o trabalho. Não há antítese entre RAC e reportagem tradicional. Na verdade, é tudo reportagem. Só estamos melhorando a reportagem, usando uma técnica extra que vai nos dar mais agilidade e precisão.

Anexo 2

Entrevista – Sandra Amorim de Castro Kiefer de Oliveira

- 1) **Idade:** 35 anos
- 2) **Tempo de profissão:** 12 anos
- 3) **Tempo no jornal:** 12 anos
- 4) **Experiência em outros veículos:** dirigiu o jornal de bairro *Flash Sul*
- 5) **Tempo de uso da Internet:** 10 anos
- 6) **Posição:** repórter de Economia

1) Entre sites de busca, sites vinculados a particulares e sites de instituições governamentais, quais têm se mostrado mais relevantes para a realização de reportagens investigativas? Por quê?

Número um, *Google*. Especialmente a ferramenta *Google Notícias*, ela mostra pra gente as notícias dos últimos 30 dias. Vem não só a informação com a palavra que você quer, como o que foi publicado nos jornais nos últimos 30 dias. Você tem informação atualizada do que está rolando na imprensa nesse período. E outros, como o site da Receita, onde você olha CPF. Claro, os sites de todos os tribunais. E sites dos grandes jornais em geral: *Uol*, *Folha Online*, *Estadão*, *O Globo*, o *G1*. Para a matéria investigativa, às vezes você pega uma coisinha de uma nota que saiu, numa coluna do *O Globo*, aí complementa com o histórico. E você vai montando um quebra-cabeça com esses dados todos. Esses sites ajudam demais.

2) A rede tem ajudado na obtenção de pautas investigativas? Caso sim, de que forma?

Eles [blogs] são ferramentas importantíssimas, a gente consulta sempre, diariamente. No meu caso, como eu estou na Economia, eu não tenho dedicação exclusiva para investigação, não posso ter, então eu consulto muito os blogs de economia: Nassif, Paulo Henrique Amorim. Você vai abrindo aqueles blogs e eles estão sempre ligados no governo, nos ministérios e tal. Então, às vezes, eles passam não só notícias, como posicionamentos de notícias, interpretações ou fatos novos daquilo que está saindo na

imprensa e que você não fica sabendo porque não é publicado. Você vai juntando aquilo e entendendo o que está acontecendo. (...)

3) Você recorre com frequência a sites internacionais durante a execução de reportagens investigativas? Caso sim, para encontrar que tipo de informação?

O MTB Bank, por exemplo, ajudou muito a gente no cruzamento de remessas de dólares para fora, para paraísos fiscais. Era um banco que foi fechado lá fora por estar envolvido com lavagem de dinheiro. Basicamente, todas as falcatruas que existiam por aqui tinham passagem pelo MTB Bank. A gente conseguiu o banco de dados deles e quase todo mundo que estava lá dentro tinha algum “rolo”, que você conseguia pegar, pelo menos, as remessas de dólares dos doleiros para fora.

4) A Internet tem auxiliado você a localizar e contatar fontes para as matérias ditas investigativas? Caso sim, como?

Não.

5) Em quais situações e de que maneira você normalmente procede à checagem de uma informação obtida na Internet? A rede também contribui para checar informações vindas de fontes tradicionais?

Eu particularmente sou muito de realidade. Tenho que ver para crer. Mas, é claro, um relatório da Polícia Federal te ajuda muito, o relatório de um Ministério Público é imprescindível, um contato com um promotor, procurador da república, delegado. Você tem que checar. Não dá para sair publicando coisa da Internet, ainda mais envolvendo uma denúncia de alguém. Eu só faço coisa que eu tenha prova, e a Internet para mim não é prova. Eu tenho que ter prova material. Até porque, já fui processada. Todo mundo que fez matéria investigativa já foi processado. Eu tenho que ter ali, prova. Porque eu fui processada, mas absolvida de todos os processos. Eu tenho tudo documentado. (...) Porque é bem criterioso. A gente confia. [sites públicos e oficiais] (...) Especialmente coisas bobinhas: uma data, a grafia de um nome, de uma empresa. “MTB Bank”. Você está em dúvida como é que escreve. Você vai lá, entra no site do MTB Bank e confere a grafia. Isso ajuda demais. Como é que se fazia isso antes, eu não sei. [checagem de informações na Internet]

6) Você já participou de algum treinamento formal para aprender a aplicar técnicas avançadas de pesquisa na Internet? Caso não, você acharia válido participar?

Não.

7) Como você resume o papel da Internet no seu trabalho de execução de uma reportagem investigativa?

Imprescindível. Eu não sei como a gente fazia jornalismo antes da Internet, não só a reportagem investigativa mas toda reportagem. Em termos de informação, é uma “mão na roda”, inventaram a roda de novo.

8) Comente um exemplo de reportagem investigativa do *Estado de Minas*, da qual você participou, em que a Internet tenha tido uma função importante.

O Colégio Promove estava para ser fechado aqui, em Belo Horizonte. Os caras queriam fechar, pegar o dinheiro para eles e “dar o tombo” nos professores e alunos. O que eles fizeram? Abriram uma conta lá no Uruguai, aí eu entrei nas páginas, tentei achar alguma coisa. Pelas palavras-chave, no *Google*, você vai navegando, tentando achar. (...) O cara era um terceirizado da Caixa e ele estava revoltado por ser terceirizado. Apesar de ter feito concurso, eles não o efetivaram no cargo. Então, ele mandou para mim a reprodução da tela do sigilo bancário do presidente da República. Isso, ele me mandou por e-mail.

Anexo 3
Entrevista – Cristiana Andrade

- 1) Idade:** 33 anos
- 2) Tempo de profissão:** 10 anos
- 3) Tempo no jornal:** 8 oitos
- 4) Experiência em outros veículos:** *Veja, Nova Escola, L, Boa Forma, Cláudia, Nova, Fotos e Imagens (Free-Lance)*
- 5) Tempo de uso da Internet:** 7 anos
- 6) Posição:** subeditora do caderno Gerais desde agosto de 2007

1) Entre sites de busca, sites vinculados a particulares e sites de instituições governamentais, quais têm se mostrado mais relevantes para a realização de reportagens investigativas? Por quê?

Todos.

2) A rede tem ajudado na obtenção de pautas investigativas? Caso sim, de que forma?

Ela pode te dar uma sugestão de pauta e, dali, você desfiar uma história, alguma coisa mais interessante.

3) Você recorre com frequência a sites internacionais durante a execução de reportagens investigativas? Caso sim, para encontrar que tipo de informação?

Não com frequência, raramente.

4) A Internet tem auxiliado você a localizar e contatar fontes para as matérias ditas investigativas? Caso sim, como?

No ano passado, eu desenvolvi um material sobre o lixo aqui de Belo Horizonte. Eu fiquei seis meses apurando uma matéria, que era investigativa. Eu descobri um cara na

Internet, porque a Internet me ajudou, que era um especialista em fraudes de lixo no Brasil.

5) Em quais situações e de que maneira você normalmente procede à checagem de uma informação obtida na Internet? A rede também contribui para checar informações vindas de fontes tradicionais?

Ligando para a fonte da informação, acho que é o princípio básico. Outro dia a gente estava brincando, na Internet tem muita informação, muito dado, mas tem pouca qualidade de informação, confiável. Por exemplo, às vezes eu pego um dado do SUS, que está lá no Datasus, que é no site do Ministério da Saúde. Eu confirmo o dado na assessoria de imprensa deles, porque você tem que confirmar, não tem como. A gente não sabe quem pôs aquele dado. É o dado oficial do Ministério, mas alguém pode ter digitado errado. Normalmente, eu ligo para a fonte ou para o órgão. (...) Às vezes, não é para toda matéria. Por exemplo, num site como o do IBGE, os dados que estão lá são para pesquisa. Tem áreas do site do IBGE que são para estudantes. Então, aí, é uma coisa de confiança. Eu tenho uma confiança naquele site maior do que, por exemplo, no site do Datasus. (...) Você só tem aquilo como uma base. Você não usa aquela informação. Até porque, é difícil você usar uma informação *ipsis litteris* da Internet. Bom, aí vai variar de profissional para profissional. Eu não sou uma pessoa que uso. O risco que você tem de escorregar numa informação dessa é muito alto. [sites particulares]

6) Você já participou de algum treinamento formal para aprender a aplicar técnicas avançadas de pesquisa na Internet? Caso não, você acharia válido participar?

Não. Tenho dificuldade. Às vezes, fico horas para procurar uma informação, um dado. Outro dia, eu estava fechando uma matéria e precisava saber a distância de Porto Alegre a Belo Horizonte. Aparentemente era uma informação fácil de se conseguir na Internet, mas não é. Eu fiquei uns quinze minutos procurando.

7) Como você resume o papel da Internet no seu trabalho de execução de uma reportagem investigativa?

A investigação documental, fotográfica, de ter pessoas para falar ainda é muito além da Internet, muito mais significativa para um jornalista. A Internet você pode complementar um dado ou outro, descobrir alguma coisa que esteja vinculada exatamente ao veículo. Dificilmente, você vai conseguir uma informação exclusiva, uma coisa muito boa via Internet. Eu acho que não.

8) Comente um exemplo de reportagem investigativa do *Estado de Minas*, da qual você participou, em que a Internet tenha tido uma função importante.

Tem um caso que eu, particularmente, trabalhei em cima de um material que era sobre drogas sintéticas no Brasil, com uma outra colega que hoje não está mais conosco e que está no *Correio Braziliense*, que é a Fernanda Odilla. Nós partimos de uma conversa com uma pessoa que eu conheço, daqui de Belo Horizonte, que usava droga sintética. Aí, a gente achou o tema interessante e fomos para a Internet. Primeiro, para entender o que eram aquelas drogas. Então, a gente buscou aquela nomenclatura, tipo “qual é o princípio básico do ecstasy”, por exemplo. Com essa busca na Internet, a gente foi puxando uma história. A gente conseguiu encontrar sites na Internet, não só brasileiros como internacionais, que comercializavam esses produtos para o Brasil e do Brasil para o exterior. Isso rendeu um trabalho muito interessante, uma matéria especial, que até inclusive a Polícia Federal chegou num determinado momento a nos chamar para um depoimento, para saber quais eram esses sites, como que nós chegamos até eles e foi tudo meio que na intuição da Internet, na busca mesmo. (...) A gente conseguiu publicar no jornal as páginas da Internet onde tinha essas drogas. (...) No ano passado, eu desenvolvi um material sobre o lixo aqui de Belo Horizonte. Eu fiquei seis meses apurando uma matéria, que era investigativa. Eu descobri um cara na Internet, porque a Internet me ajudou, que era um especialista em fraudes de lixo no Brasil. (...) Essa pesquisa do lixo me permitiu consultar, via Internet, todos os diários oficiais do município de Belo Horizonte, desde 2004. Então, eu fiz essa pesquisa longa, demorada, trabalhosa, via Internet, porque eu peguei os contratos, vi e entendi a lógica da questão do lixo, das licitações e tal. (...) Sem a Internet dificilmente eu conseguiria, foi muito importante, porque ela me deu a base. Era um assunto que ninguém queria falar e eu consegui as provas na Internet. Juntar as peças, digamos assim.

Anexo 4

Entrevista – Bernardino Furtado Carvalho

- 1) **Idade:** 44 anos
- 2) **Tempo de profissão:** 19 anos
- 3) **Tempo no jornal:** 6 anos
- 4) **Experiência em outros veículos:** *O Globo, Folha de S. Paulo, Época, Correio Brasiliense*
- 5) **Tempo de uso da Internet:** 11 anos
- 6) **Posição:** repórter especial lotado na editoria de Política/Nacional/Internacional

1) Entre sites de busca, sites vinculados a particulares e sites de instituições governamentais, quais têm se mostrado mais relevantes para a realização de reportagens investigativas? Por quê?

Eu não uso site específico. Busca é o comum, que é o *Google*, o mais usado. Os outros são sites que eventualmente eu preciso em meu trabalho. Eu não uso sistematicamente nenhum site de informação não, são sites de jornais, portais. Se eu estou fazendo um trabalho específico, vou entrar, procurar páginas na Internet que estão relacionadas com aquele assunto. Eu não uso sistematicamente nenhum, até porque eu não tenho uma especialização no meu trabalho.

2) A rede tem ajudado na obtenção de pautas investigativas? Caso sim, de que forma?

Não.

3) Você recorre com frequência a sites internacionais durante a execução de reportagens investigativas? Caso sim, para encontrar que tipo de informação?

Não.

4) A Internet tem auxiliado você a localizar e contatar fontes para as matérias ditas investigativas? Caso sim, como?

A grande contribuição da Internet para o jornalismo — embora seja uma coisa que você tem que tomar cuidado porque tem muita coisa ruim e mal-feita na Internet, sites sem rigor com a informação — é que você rapidamente consegue dar uma contextualizada na situação, sem tem que recorrer a uma pesquisa mais demorada, em papel, arquivo, entrevistas desnecessárias.

5) Em quais situações e de que maneira você normalmente procede à checagem de uma informação obtida na Internet? A rede também contribui para checar informações vindas de fontes tradicionais?

A melhor forma de fazer as coisas é usar as fontes mais confiáveis. Quanto mais tempo você tem de ver as coisas diretamente e conversar com as pessoas que conhecem o assunto, melhor. É muito melhor falar com um professor universitário do que buscar um artigo na Internet.

6) Você já participou de algum treinamento formal para aprender a aplicar técnicas avançadas de pesquisa na Internet? Caso não, você acharia válido participar?

Acho que isso é uma coisa muito especializada. (...) Você consegue muito mais profundidade fazendo um trabalho pela maneira convencional. Eu vejo investigação de outra forma. Investigação é você entrevistar, ler, conhecer o assunto, ouvir o máximo de fontes possível, o que sempre se fez no jornalismo. A Internet é para mim apenas uma ferramenta de trabalho, nada mais. Não existe uma entidade Internet para mim no nosso trabalho. Mudou muito, agilizou muito. Coisa que era inimaginável antes, sentar diante do computador e conseguir uma série de informações básicas.

7) Como você resume o papel da Internet no seu trabalho de execução de uma reportagem investigativa?

8) Comente um exemplo de reportagem investigativa do *Estado de Minas*, da qual você participou, em que a Internet tenha tido uma função importante.

Anexo 5

Entrevista – Maria Clara Prates Santos

- 1) **Idade:** 46 anos
- 2) **Tempo de profissão:** 22 anos
- 3) **Tempo no jornal:** 19 anos
- 4) **Experiência em outros veículos:** três anos no extinto *Jornal de Minas*
- 5) **Tempo de uso da Internet:** 10 anos
- 6) **Posição:** repórter especial lotada na editoria Política/Nacional/Internacional

1) Entre sites de busca, sites vinculados a particulares e sites de instituições governamentais, quais têm se mostrado mais relevantes para a realização de reportagens investigativas? Por quê?

Vai depender do que você está querendo na sua matéria. (...) Você trabalha o site de acordo com a sua demanda. (...) Mas que hoje esses sites são fundamentais, são. Desde os governamentais até esses sites produzidos pela sociedade.

2) A rede tem ajudado na obtenção de pautas investigativas? Caso sim, de que forma?

Não acho que seja pauta. O que tem que pautar o repórter são as fontes dele, é o factual e a capacidade de discernimento do que dá uma boa matéria ou não.

3) Você recorre com frequência a sites internacionais durante a execução de reportagens investigativas? Caso sim, para encontrar que tipo de informação?

Depende do que eu estou fazendo, seu eu precisar eu procuro. (...) Tem uma ONG que faz um trabalho de certificação de diamantes, aquela questão da África. Usei muito o site. Depois, procurei o presidente dessa Ong, a gente conversou muito tempo, acabamos ficando amigos, fizemos uma fonte. Mas no site, em si, eu não teria conseguido as informações que eu consegui, se eu não tivesse buscado falar com essa pessoa, que é um responsável pelo site e presidente da ONG. (...) Jornalista que não sair da mesa e não “suar a camisa”, ele não vai ser um bom repórter. Não tem jeito. Não

adianta pensar “que coisa maravilhosa, pega o mundo todo, você tem um universo inteiro de informação”. Tem, e daí? E se você não souber usar? E se você não for lá para comprovar? (...) Ela [Internet] não é garantia de uma boa matéria.

4) A Internet tem auxiliado você a localizar e contatar fontes para as matérias ditas investigativas? Caso sim, como?

Antes da Internet eu era jornalista. Como a gente fazia? Se precisava falar com uma pessoa na China, a gente ligava lá para a Embaixada, via se tinha alguém que podia atender a gente, com jeito, nisso uma pessoa indicava outra pessoa... Você chegava. O jornalismo não nasceu depois da Internet e nem perdeu as características básicas dele porque tem Internet. (...) Que segurança você tem que aquelas perguntas foi eu que respondi. Eu não aceito entrevista por Internet. Eu não posso saber que foi você. Amanhã ou depois você me diz: eu nunca disse isso. E como é que vou saber?

5) Em quais situações e de que maneira você normalmente procede à checagem de uma informação obtida na Internet? A rede também contribui para checar informações vindas de fontes tradicionais?

Vai variar. Claro que tudo no jornalismo varia. (...) Aquilo é um site oficial, está lá. O cuidado que eu tenho é dizer que, no dia tal, a informação do site da Receita Federal era que ele estava inadimplente. Agora, eu vou na empresa, vou procurar conversar com o dono da empresa. O momento de fazer isso vai depender da minha matéria. [checagem em sites governamentais] (...) Aí, eu checo tudo. (...) Às vezes no próprio site. A gente vê se tem algum telefone de contato, pergunta qual é a fonte e, às vezes, vai na fonte que o próprio site indicou. [checagem em sites particulares]

6) Você já participou de algum treinamento formal para aprender a aplicar técnicas avançadas de pesquisa na Internet? Caso não, você acharia válido participar?

7) Como você resume o papel da Internet no seu trabalho de execução de uma reportagem investigativa?

Fundamental, como um banco de dados mesmo. Mas ela não substituiu nada que tem que fazer o repórter no seu dia-a-dia. Ela pode ter criado mais agilidade para a gente. Às

vezes, você não precisa sair daqui para fazer uma pesquisa em todos os diários da Prefeitura. Então, ela me permite uma pesquisa mais rápida dentro do próprio jornal. (...) Por outro lado, você não está dispensado de fazer a checagem de todos aqueles dados que você tem. É um instrumento importantíssimo, mas ele, sozinho e se não somar outras coisas do jornalismo que existiam antes da Internet, não funciona. (...) As grandes reportagens demandam viagens, às vezes a vários locais, de difícil acesso. Nisso, ela não interfere. Ela interfere para você ter um dado mais rápido. Você está viajando e precisa, no meio do caminho, checar alguma coisa, buscar um dado, uma informação, varia até do nome de uma pessoa. Ela é importante nesse aspecto, porque você tinha que parar, pegar o telefone e tal. E, numa viagem, não. Às vezes é uma coisa simples. Eu vou procurar quem é o cônsul do Paraguai no Brasil em Guaíra, lá na fronteira. Você vai na Internet e tem essa informação. O que talvez eu fosse demorar mais tempo para conseguir.

8) Comente um exemplo de reportagem investigativa do *Estado de Minas*, da qual você participou, em que a Internet tenha tido uma função importante.

Não tem uma reportagem investigativa que você não use a Internet. Não existe. O tempo que você está no jornal a Internet fica ligada. Está misturado, está dentro do trabalho. Não existe uma reportagem que eu tenha feito que eu não tenha pesquisado na Internet. Todas eu fiz.

Anexo 6

Entrevista – Lucas Castro Figueiredo

- 1) **Idade:** 39 anos
- 2) **Tempo de profissão:** 16 anos
- 3) **Tempo no jornal:** 3 anos
- 4) **Experiência em outros veículos:** *Folha de S. Paulo*
- 5) **Tempo de uso da Internet:** 12 anos
- 6) **Posição:** repórter especial lotado na editoria de Política/Nacional/Internacional

1) Entre sites de busca, sites vinculados a particulares e sites de instituições governamentais, quais têm se mostrado mais relevantes para a realização de reportagens investigativas? Por quê?

Depende da pauta, mas eu colocaria os três com o mesmo peso.

2) A rede tem ajudado na obtenção de pautas investigativas? Caso sim, de que forma?

O que é a Internet? O quê que ela propiciou? Uma quantidade de informação infinitamente maior do que você tinha anteriormente. Você tinha jornal, revista, escutava rádio, procurava ler um outro jornal de fora, uma revista diferente e tudo mais. E, hoje, você tem o mundo na tela da Internet. Eu tenho as minhas fontes de informação colocadas ali, no Favoritos — alguns sites e blogs — e isso propicia, sim, muita pauta.

3) Você recorre com frequência a sites internacionais durante a execução de reportagens investigativas? Caso sim, para encontrar que tipo de informação?

Se eu estou fazendo um perfil sobre você, jogo seu nome no *Google*, o quê que acontece? O quê que eu costumo fazer com Internet? Sempre que eu estou investigando alguma coisa, eu coloco aquilo no *Google* e vou depurando, depurando, depurando. Aquilo me leva a caminhos infinitos, muitas vezes me leva ao exterior. Mas, aí, é um caminho que não sou eu quem traço, falar “agora eu vou num site do exterior que tenha alguma coisa sobre a universidade de Viçosa”. Se não tiver, não vou; se tiver, eu vou.

4) A Internet tem auxiliado você a localizar e contatar fontes para as matérias ditas investigativas? Caso sim, como?

Você tem hoje o site Telelistas.net, que é uma lista telefônica do Brasil inteiro. Mesmo, por exemplo, um policial suíço que eu estava procurando agora, eu consegui o telefone dele na lista telefônica da Suíça. Quer dizer, isso eu só posso fazer com a Internet. Ou, então, eu vou ter que ir na Embaixada, procurar a lista telefônica... Na Internet, demora cinco minutos para você fazer isso. (...) Tem também o e-mail, que é uma ferramenta sensacional. Muitas vezes, por exemplo, eu faço um e-mail comum e mando para trinta pessoas. Isso diminui muito o meu trabalho.

5) Em quais situações e de que maneira você normalmente procede à checagem de uma informação obtida na Internet? A rede também contribui para checar informações vindas de fontes tradicionais?

Agora, eu estou procurando um desaparecido político. Ninguém sabe desse cara. Às vezes, eu poderia colocar o nome dele e cair num site do Supremo Tribunal Federal. Isso não tem o que questionar, é a página do Supremo que tem um processo que fala do sujeito, ou a página da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Isso é informação de primeira linha. (...) Se é uma fonte secundária, aí você tem que checar.

6) Você já participou de algum treinamento formal para aprender a aplicar técnicas avançadas de pesquisa na Internet? Caso não, você acharia válido participar?

Sim, na *Folha de S. Paulo* em 1999. Você tem muita gente da redação que não sabe trabalhar com Internet, não sabe trabalhar com ferramenta de busca. Não sabe colocar aspas, interrogação. Isso acontece demais, muito. Então, eu acho que é válido sim.

7) Como você resume o papel da Internet no seu trabalho de execução de uma reportagem investigativa?

A internet, leitura de jornal, literatura, está tudo no mesmo patamar. O sujeito que não lê um livro e fica o dia inteiro dependurado na Internet não vai conseguir processar aquela informação. Eu talvez consiga processar porque eu leio mais. (...) Tem muita gente que abre aquilo tudo e fala: e agora? O que é bom? Isso porque não tem uma informação de

background. Ela é mais uma fonte de informação, mas eu não acho que ela [a Internet], por si só, já faça o jornalismo, que é uma reunião de muitas coisas.

8) Comente um exemplo de reportagem investigativa do *Estado de Minas*, da qual você participou, em que a Internet tenha tido uma função importante.

Tem a reportagem sobre o livro secreto do exército. Tratava-se de livro de 960 páginas, aproximadamente, que citava 1500 pessoas. O que me interessava ali eram as histórias dos mortos e desaparecidos políticos, que são cerca de 380 no Brasil. Eu tinha que ler o livro e, a cada referência a um morto ou desaparecido, eu precisava da história desse sujeito. Isso tudo eu já tinha na Internet, eu tive acesso aos processos oficiais dessas pessoas na Internet. Se não tivesse usado a Internet, eu demoraria um ano para fazer essa matéria, que eu consegui fazer em três meses. Não só na Internet, mas ela foi fundamental, porque o processo de qualquer morto ou desaparecido político no Brasil está na Internet.

Anexo 7⁹

⁹ Com relação às reportagens citadas pelos jornalistas do *Estado de Minas*, optou-se por anexar apenas a página principal de cada, a título de ilustração.